



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

BHRENDAMAGRE DE SOUSA FANTAUZZO

**ENCONTRO, POTÊNCIAS E CULTURA POPULAR NAS MACUMBAS
BRASILEIRAS: um olhar da Juventude.**

**RIO DE JANEIRO
2024**

BHRENDAMAGRE DE SOUSA FANTAUZZO

**ENCONTRO, POTÊNCIAS E CULTURA POPULAR NAS MACUMBAS
BRASILEIRAS: um olhar da Juventude.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de Bacharel em Serviço Social como requisito
parcial para conclusão do curso.

Orientadora: Professora Dr.^a Mirella Rocha.

RIO DE JANEIRO

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

**ATA- BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Estudante (NOME COMPLETO): BHRENDA MAGRE DE SOUSA FANTAUZZO	DRE: 120028299
---	--------------------------

Título do TCC: ENCONTRO, POTÊNCIAS E CULTURA POPULAR NAS MACUMBAS BRASILEIRAS: um olhar da Juventude


Composição da banca

Presidente da banca/orientador(a): Mirella Farias Rocha
--

Assinatura: _____

Membro da banca: Prof.a Dr.a Joana Garcia
--

Assinatura: _____

Membro da banca: Prof. Me. Deivi Matos	 <small>Documento assinado digitalmente DEIVI FERREIRA DA SILVA MATOS Data: 12/12/2024 11:28:42-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br</small>
---	---

Assinatura: _____

Parecer:
<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO* <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO CONDICIONADA** <input type="checkbox"/> REPROVADO***

Data de realização da banca 12 | 12 | 24

* RECOMENDA PUBLICAÇÃO NA BASE PANTHEON REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRJ?
(X) SIM () NÃO

** Em caso de “aprovação condicionada”, pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

*** Em caso de “reprovação” pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES:



Av. Pasteur, nº 250 – Campus Praia Vermelha, Praia Vermelha -
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22290-240 Telefone: (21) 3938-5380 5432/ www.ess.ufrj.br

Aos meus guias espirituais e aos jovens do Projeto Potência Jovem, por me inspirarem
a transformar desafios em aprendizados e sonhos em realidade.

A todos que acreditam na força da transformação, da fé e da juventude.

AGRADECIMENTOS

Muito se tem a agradecer por esse momento!

A Deus, meu Anjo da Guarda, Iansã do Mar e Ogum Beira Mar; por cuidarem de mim e me fazerem ser quem eu sou: uma mulher destemida, determinada e resiliente.

À Mariazinha da Cachoeira, por ressignificar e colorir a minha vida. Nenhuma palavra nesse mundo conseguiria dimensionar todo amor e gratidão que eu sinto por Você. Sou muito feliz e rica por ter um Segundo Orixá tão presente na minha vida quanto você é. Por muitas vezes fomos só eu e você ao longo das madrugadas, entre choros e promessas de que tudo ficaria bem. Olho para trás e percebo que de fato ficou. Você sempre cuidou de mim e dos meus caminhos, me ajudando a adentrar na UFRJ e, agora, a me formar. Essa conquista eu dedico a Você. Muito obrigada por TUDO, a tia te ama mais do que tudo existente nesse mundo!

À minha mãe carnal, Ana Paula Magre, que abdicou dos seus sonhos para viver os meus. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma não acreditei. Você sempre lutou muito para me dar as melhores coisas e o melhor futuro, e hoje, colhemos os frutos disso. Você é a minha maior inspiração, a base da minha força e a pessoa que me ensinou, com amor e coragem, a persistir diante dos desafios. Ficarei feliz se, em algum dia, eu for pelo menos metade da mulher que você é.

Ao meu pai carnal, Francesco Fantauzzo: sempre fui a sua garotinha e, vejo que hoje, ainda continuo sendo. Você sempre cuidou de mim e esse cuidado também se manifestou durante esse árduo período. Obrigada por me levar e buscar no estágio e faculdade, por revisar todos os meus trabalhos e por sempre me incentivar a seguir em frente. Seu apoio recheou a minha caminhada de fé, esperança e amor.

Ao meu namorado, Guilherme Neves: te encontrar nesta vida foi e é uma das minhas maiores alegrias. Nossa conexão ultrapassa limites, barreiras e reencarnações. Você é a pessoa que mais acompanhou de perto este processo de escrita do meu TCC, mostrando-se ímpar, forte e resiliente com tudo. Obrigada por cada gesto de apoio, demonstrações de amor e ajuda com tarefas para amenizar as minhas responsabilidades. Obrigada por todo incentivo, admiração e por acreditar em mim. Obrigada por toda a compreensão que você teve comigo neste período de abdicação, ausência e foco na escrita. Obrigada por ser o meu melhor amigo, irmão de santo e companheiro de vida. Todos os agradecimentos do mundo seriam poucos se comparados a tudo o que você já fez e faz por mim. Você é a minha pessoa e eu não poderia ser mais feliz e completa com você do meu lado. Isquiabidisqui.

À minha avó Concetta, que sempre preparou deliciosas marmitas para mim ao longo do meu período de estágio: através da sua comida, pude sentir todo o amor, carinho e apoio que me fortaleceram diariamente.

À minha família: espero que eu seja uma semente de inspiração e plantio para os seus sonhos, nunca é tarde demais para os seguirmos! Agradeço por todo apoio, estímulo e motivação que me fizeram ter.

À minha amiga de infância Yasmin, que eu carinhosamente apelidei de Mimi: em 21 anos de amizade, eu só te vi chorar quando te enviei a prévia das minhas fotos de formatura. Crescer com você e te ter como melhor amiga ao longo de todos esses anos é uma honra e um privilégio. Obrigada por permanecer, sempre estar do meu lado e torcer tanto por mim.

Aos meus amigos da faculdade, Bia, Bruna, Douglas e Giovanna: não imaginei que faria amizades tão valiosas na universidade. Obrigada pelos bons, engraçados, emotivos e apreensivos momentos nos quais vivemos juntos, pois todos eles foram responsáveis por constituir a nossa amizade. Obrigada por todo companheirismo e por deixarem a minha vivência acadêmica mais leve.

Aos meus SUPERvisores, Laís, Hugo e Ruan: Obrigada por me perceberem e reconhecerem todo o meu potencial. Obrigada por acreditarem em mim e por me ensinarem tanto. Sem o apoio, a confiança e o incentivo de vocês, eu não me tornaria a profissional que sou hoje.

A todos os jovens que perpassaram em meu campo de estágio e marcaram a minha existência: obrigada pelo apoio, acolhimento e por me ensinarem tanto. Vocês são verdadeiros exemplos de força, garra e superação! Acreditem nos seus sonhos e nunca duvidem dos seus potenciais, assim como vocês me ensinaram a não desacreditar dos meus. Sou muito grata por cada troca e lição que tive e aprendi com cada um de vocês. Todos os nossos bons momentos ficarão guardados para sempre no meu coração.

Às minhas amigas do campo de estágio, Lorena, Julyanna e Hellita: obrigada por tornarem a minha vivência no mundo profissional mais leve e feliz. Sou grata por compartilharmos cada vivência e sentimento que permeiam a vida de uma estagiária. Poder encarar desafios ao lado de vocês foi incrível. Agradeço por todo apoio, incentivo e companheirismo. Vocês são pessoas que eu quero levar por toda a minha vida!

À minha orientadora, professora Dr^a Mirella Rocha: nenhuma palavra que eu pense neste momento é capaz de corresponder à toda gratidão e felicidade que eu sinto por ter sido orientada pela senhora. Muito obrigada por acreditar em mim e no meu projeto de Tcc, mesmo sem me conhecer. Agradeço por toda a sua disponibilidade, compreensão e incentivo. Disse-lhe isso no dia dos professores e irei reforçar aqui: acredito que se cada aluno tivesse a oportunidade de ter uma professora e uma orientadora tão incrível quanto a Mirella, o mundo seria mais feliz. Muito obrigada por tudo, professora!

"A Exu é concedido o título de senhor da comunicação, a ele é concedida não só a capacidade da criação como forma de enunciação, como também a de restituição enquanto forma de resignificação (...) Exu é a palavra que constrói."

- Luiz Rufino

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as vivências em relação a religiosidade e ao fenômeno do racismo religioso no Brasil com base na perspectiva da juventude pertencente ao Projeto Potência Jovem, implementado pelo Instituto da Providência. Este estudo explora como a Umbanda e o Candomblé impactam positivamente a vida desses jovens, ao mesmo tempo em que sofrem demonização por parte da sociedade. Diante disso, por meio da utilização da metodologia de observação participante e de registros obtidos em meu diário de campo, este trabalho objetiva romper com ideais errôneos, eurocêntricos e etnocêntricos que são atribuídos às religiões de matriz afro-brasileiras, promovendo-se um olhar desmistificador sobre elas. A exposição de relatos de transformação pessoal vividos pelos jovens do projeto e a construção de um glossário para sanar dúvidas pertinentes a essas religiões também enriquecerão esse debate. Provoca-se uma reflexão sobre a necessidade de se construir políticas públicas que realmente representem as necessidades da juventude pertencente à Umbanda e ao Candomblé, incentivando a consolidação de uma proteção social que respeite a diversidade religiosa e combata o Racismo Religioso. Deste modo, a importância deste trabalho vai além de uma simples análise acadêmica: ele dá voz a pessoas cujas vivências e necessidades são invisibilizadas, elucida práticas religiosas que ainda são alvo de desinformação e preconceito e impulsiona uma mudança nas políticas públicas, para que elas se tornem mais inclusivas e representativas.

Palavras-chaves: Resistência, Racismo Religioso, Intolerância Religiosa, Juventude, Umbanda, Candomblé, Religiões de Matriz afro-brasileiras

ABSTRACT

This study aims to analyze the phenomenon of Religious Racism in Brazil based on the experiences of the youth involved in the Potência Jovem Project, implemented by the Instituto da Providência. The research explores how Umbanda and Candomblé positively impact the lives of these young people, while simultaneously suffering demonization from society. In this context, through the use of participant observation methodology and records obtained in my field diary, this work seeks to break with erroneous, Eurocentric, and ethnocentric ideals attributed to Afro-Brazilian religions, promoting a demystifying perspective on them. The presentation of personal transformation stories from the project's youth, as well as the creation of a glossary to clarify pertinent questions about these religions, will also enrich this debate. It encourages a reflection on the need to build public policies that truly represent the needs of youth who belong to Umbanda and Candomblé, fostering the consolidation of social protection that respects religious diversity and combats Religious Racism. Thus, the importance of this work goes beyond a simple academic analysis: it gives voice to people whose experiences and needs are rendered invisible, sheds light on religious practices that are still subject to misinformation and prejudice, and promotes change in public policies to make them more inclusive and representative.

Keywords: Resistance, Religious Racism, Religious Intolerance, Youth, Umbanda, Candomblé, Afro-Brazilian Religions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A cura

Quadro 2: A proteção

Quadro 3: A re-nova-ção

Quadro 4: O pertencer

Quadro 5: O livramento

LISTA DE SIGLAS

CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CTTro	Comunidades de Terreiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROUNI	Programa Universidade para Todos.
PRONAF JOVEM	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SUMARIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA PARA JUVENTUDE NO PAÍS E O PROJETO ONDE FOI REALIZADO O ESTÁGIO	17
1.1 - BREVE ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE NO BRASIL.....	17
1.2 – PROJETO POTÊNCIA JOVEM DO INSTITUTO DA PROVIDÊNCIA: O LEGADO DE DOM HÉLDER CÂMARA PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO	30
CAPÍTULO 2 - NARRATIVAS EM TRANSFORMAÇÃO: CORRIGINDO OLHARES E COMPARTILHANDO SABERES	35
2.1 - RAÍZES E RESISTÊNCIA: A FACE DO RACISMO RELIGIOSO	35
2.2 - ENTRE RELATOS E AXÉ: DESMISTIFICANDO AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRAS.....	48
2.2.1 - Vozes Potentes: A Visão Da Juventude Sobre O Candomblé E A Umbanda.....	48
2.2.2 – Expressões Religiosas entre a Cultura e o Preconceito	54
2.2.3 Mariazinha da Cachoeira: contribuições para pensar política de infância e juventude no combate ao racismo religioso no Brasil.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXO.....	70
“ORUM-SE” – Glossário político-pedagógico sobre religiões de matriz afro-brasileira voltado para juventude	70

INTRODUÇÃO

Apesar do 5º artigo da *Constituição Federal de 1988* assegurar o livre exercício de cultos religiosos, de acordo com Santos, Dias e Costa (2023, p. 36), foram registrados no Brasil 966 denúncias de casos de Intolerância Religiosa em 2021. Menciona-se também, no mesmo relatório, que a Intolerância Religiosa é direcionada em maior parte às religiões de matriz africana. Em paralelo a essa realidade, temos também um cenário de precarização das políticas públicas para adolescência e juventude, cujo paradigma punitivo também aumentou nos últimos anos. Conforme exibido no Site Metrôpoles (01/03/2023), uma adolescente de 14 anos foi impedida de entrar em sua escola porque estava utilizando um fio de conta. Uma tenente do colégio fez o uso de poder para tocar no fio de conta e retirá-lo à força, fazendo com que a jovem recuasse e ligasse para o seu pai de santo, que compareceu na escola junto com a sua mãe. A discussão foi levada para a direção do colégio, que se mostrou preconceituosa, inflexível e indisponível para o debate em questão. Esse caso, assim como outros que ocorrem por todo território brasileiro, reflete a insuficiência das políticas públicas criadas para a adolescência e juventude, que não representa de maneira integral as suas demandas e necessidades individuais. Ao invés dessas políticas garantirem a proteção dos jovens, elas acabam por repreendê-los.

Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso busca articular esses temas, promovendo um olhar desmistificador sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, a partir do olhar da juventude, referente aos jovens pertencentes ao Projeto Potência Jovem, no qual cumpri os meus três níveis de estágio obrigatório e é implementado pelo Instituto da Providência. A percepção e o depoimento sobre a vivência desses jovens parte da minha observação participante seguida de anotações no diário de campo, pois segundo Costa e Guindani (2012, p. 2):

“O diário de campo é um excelente instrumento de sistematização da práxis profissional e da investigação da realidade social, dada a possibilidade de interlocução entre prática e teoria, da consolidação de uma postura investigativa e do avanço em questões relacionadas ao estágio supervisionado em Serviço Social”. (COSTA; GUINDANI, 2012, p. 2)

A importância deste trabalho se relaciona com a sua intencionalidade, que corresponde também ao meu desejo e motivação pessoal de denunciar a propagação da “Intolerância Religiosa” contra as religiões de matriz afro-brasileiras, que neste trabalho de conclusão de curso será abordada como Racismo Religioso, pois compreendemos que essa forma de violência diz respeito ao ataque do legado cultural e civilizatório africano. É importante mencionar que o debate feito sobre as religiões de matriz afro-brasileiras recairá sobre a Umbanda e o Candomblé, por representarem as religiões dos jovens pertencentes ao Projeto Potência Jovem. Por isso, neste trabalho, a utilização da expressão “religiões de matriz afro-brasileiras” se refere a essas religiões mencionadas, equivalendo a um recorte de análise.

Importa também mencionar que sou uma mulher branca, umbandista e filha de Iansã com Ogum. E, embora reconheça que não possuo vivência, nem local de fala para argumentar sobre Racismo, constato que à medida que este jamais se destinaria ao meu corpo por conta da minha cor de pele, destinando-se à religião que me escolheu e acolheu. Durante o percurso da minha caminhada espiritual, por muitas vezes me deparei com violências e discursos preconceituosos direcionados às religiões de matriz afro-brasileiras. Esses eventos despertaram em mim a motivação de querer contribuir de alguma forma na contratendência a este cenário, mas não apenas isso, também uma mensagem de Mariazinha da Cachoeira – uma criança, ou Erê, tal como conhecemos nas tradições afro-brasileiras, indicou a importância de meu trabalho abordar tópicos político-pedagógicos sobre a religiosidade de matriz afro-brasileira.

É sabido que o Racismo Religioso é entranha das estruturas sociais capitalistas em uma sociedade periférica de base escravagista, e que parte das ideologias que o alimentam é fundamentado por ideais eurocêtricos e etnocêtricos em nossa sociedade, os quais foram produzidos no período da escravização e adensados no período republicano, se perpetuando em nossos dias por meio da disseminação de informações falsas sobre essas religiões. Deste modo, a democratização de informações, que também é prerrogativa ética do assistente social, torna-se uma prática fundamental.

Durante um encontro expositivo do Projeto Potência Jovem, abordou-se sobre o tema da religiosidade e como ela atravessa a vida dos jovens. Entre as encruzilhadas de suas diferentes realidades, um ponto se evidenciou para mim: todos os jovens que são

simpatizantes e/ou pertencentes à Umbanda ou ao Candomblé relataram a melhora geral de suas vidas após conhecerem tais religiões. Esse fator me gerou ainda mais inquietação e ampliou a minha vontade de escrever sobre o tema, pois afinal, se alguma dessas religiões de fato propagasse o mal, será que promoveria o bem-estar e a transformação da vida dessa juventude? A resposta para essa pergunta é negativa e, acrescentando um pouco da minha escrevivência¹ pessoal, afirmo que adentrar para a umbanda ressignificou a minha vida. Quando decidi participar do desenvolvimento mediúnico, tive a honra de conhecer as entidades que me acompanham, incluindo Mariazinha da Cachoeira, um espírito pertencente à falange de Ibejada. Mariazinha detém uma força imensa e é a minha motivação diária. Ela é a minha vontade de impactar a vida de crianças e adolescentes, o raio de sol que ilumina os meus dias mais sombrios e Quem me ajudou a realizar o meu sonho de adentrar em uma Universidade Federal. Mariazinha é a alegria e o acalento em meio à tristeza, é o lápis de cor que desde 2019 (ano que eu A conheci) colore todos os dias da minha vida. Dentro da doutrina *banthu ameríndio*² a qual faço parte, Mariazinha da Cachoeira é coroada como o meu segundo Orixá e, desde então, Ela se tornou tudo para mim. Muitos subestimam a força das Crianças, mas só quem As tem por perto, sabe o quão grandiosas são. Todo o mencionado contrapõe o que é difundido erroneamente sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, tanto por pessoas preconceituosas e desinformadas, quanto por grandes veículos midiáticos. Algumas histórias trazidas pelos jovens, em um momento de debate, provocaram em mim certo reconhecimento. Embora cada pessoa tenha a sua individualidade e particularidade, as violências de Racismo Religioso possuem a inclinação de se manifestarem com as mesmas características, tendendo à repetição, de modo que - infelizmente - nenhuma experiência se torna individual, pois sempre são sócio-históricas e coletivas.

Deste modo, este trabalho é fruto de pesquisas bibliográficas acerca da Intolerância e do Racismo Religioso, para que se tenha um maior conhecimento sobre

¹ Segundo Evaristo (2018, p. 8), a escrevivência corresponde a uma modalidade de escrita baseada na experiência de vida de uma autora.

² A doutrina de Banthu Ameríndio corresponde a um ritual da Umbanda que é composto pela integração dos elementos e práticas de povos banthus e indígenas que viviam no país.

essa temática escolhida para debate. Há também a exposição de algumas notícias, para que se elucide e denuncie determinados casos e formas de violências que acontecem contra povos de terreiro. Para além disso, a apresentação de histórias e impressões registradas em meu diário de campo se torna fundamental para o enriquecimento do trabalho, já que, com isso, oferecerá-se a verdadeira visão do que a religiosidade de matriz afro-brasileira representa para os seus membros.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. Primeiro, abordará-se sobre a relação existente entre juventude e política pública, explorando sobre a construção dessas políticas, como impactam a vida dos jovens e de qual maneira elas são pensadas para eles. No segundo capítulo, discutirá-se sobre o Racismo Religioso e como a religiosidade é vinculada à cultura popular, ainda que seja marcada por estigmas e preconceitos. Esse capítulo também apresentará algumas vivências religiosas relatadas pela juventude pertencente ao Projeto Potência Jovem. Por fim, um anexo traz ao trabalho um glossário que reúne frequentes dúvidas sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, para que se subverta toda demonização atribuída a elas.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA PARA JUVENTUDE NO PAÍS E O PROJETO ONDE FOI REALIZADO O ESTÁGIO

1.1 - BREVE ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE NO BRASIL

De acordo com o dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis, o termo juventude corresponde ao “período da vida de uma pessoa entre a infância e a idade adulta”. Essa definição expõe o período transitório que os jovens perpassam e é marcado por transformações significativas em seus aspectos físicos, emocionais e sociais. Durante essa fase, as identidades são moldadas, os valores consolidados e surgem as primeiras experiências no mundo do trabalho e nas responsabilidades da vida adulta. Segundo Dayrell (2003 p. 1): “a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente”. Deste modo, pode-se dizer que essa etapa é crucial para a

vida e a formação do indivíduo, juntamente com o seu papel na sociedade, influenciando diretamente nas suas oportunidades e nos seus desafios futuros.

É possível afirmar que, ao longo da história, a juventude e as suas necessidades foram colocadas em segundo plano. No entanto, através de importantes participações em movimentos, lutas e frentes revolucionárias em todo o mundo, esse segmento da população ganhou destaque e conquistou espaço em tomadas de decisões. Nogueira e Oliveira (2019, p. 55) manifestam que diversos episódios históricos destacam o protagonismo juvenil na luta pela construção de um futuro melhor; eventos esses que serão brevemente analisados com base no artigo supracitado. É expresso que em 1830 a juventude parisiense esteve envolvida com a Revolução de Julho, montando barricadas nas ruas de Paris e lutando para a abdicação de Carlos X. No ano de 1848, a juventude parisiense protagonizou as manifestações que constituíram a denominada Primavera dos Povos, exigindo reformas políticas, maior participação democrática e melhores condições de vida. Na Comuna de Paris, ocorrida em 1871, a juventude parisiense participou ativamente da administração revolucionária e inspirou outros futuros movimentos juvenis a lutarem por causas socialistas e revolucionárias. A juventude parisiense sempre se mostrou engajada e comprometida com as lutas sociais, mas, ela não foi a única a desempenhar esse papel. No ano de 1917, a juventude russa participou de comitês revolucionários e integrou parte do Exército Vermelho durante a Revolução Russa, almejando romper com o cenário de pobreza, desigualdade e injustiças surgido no antigo regime czarista. Em 1956, a juventude polonesa foi responsável por mobilizar a população e pressionar o governo polonês por mudanças políticas no denominado Outubro Polonês. A juventude húngara foi a catalisadora da Revolução Húngara, ocorrida em 1956: essa insurreição começou com um protesto estudantil, espalhou-se para toda a sociedade e reivindicou demandas por eleições livres, liberdade de expressão e a retirada das tropas soviéticas. No ano de 1964, na Argélia, jovens ex-combatentes da Guerra de Independência estavam insatisfeitos com o governo de Ahmed Ben Bella e adotaram um papel de oposição a esse regime, protagonizando a Insurreição Argelina. (NOGUEIRA E OLIVEIRA, 2019)

Ainda é possível mencionar, segundo Medina (n/d), que a juventude brasileira, em especial os estudantes, desempenhou um papel fundamental na resistência contra a

ditadura militar de 1964, organizando protestos e enfrentando a violência do regime para defender a democracia e os direitos humanos.

Em todos os eventos supracitados, a juventude representou um motor de mudança guiada por ideais de liberdade, justiça e melhores condições de vida. Por meio de barricadas, organizações e articulações, os jovens assumiram papéis de liderança e deixaram um legado na história. Bobbio (2004, p. 31) afirma que “os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”. Portanto, é possível concluir que a construção dos direitos da juventude advém de um processo histórico e sociocultural.

Em virtude de todas as mobilizações expostas, a discussão sobre a importância de se representar os jovens e os seus interesses nas políticas públicas ganhou destaque em escala global. Em 1965, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a *Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos*, que reconhece o indispensável papel da juventude na sociedade e apela para a asseguarção desses princípios. Pode-se considerar que esse documento possui tamanha relevância e foi considerado precursor para viabilizar o debate das demandas e dos direitos dos jovens. Em 1985, há o retorno dessa temática e a sua maior visibilidade devido à instituição do primeiro Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz; nesta ocasião, a ONU buscou reconhecer a juventude como um agente fundamental nas mudanças sociais e no desenvolvimento global. Apesar desses significativos avanços que deram origem à consolidação dos direitos da juventude, estratégias internacionais de combate às demandas dos jovens só foram formuladas no ano de 1995, através do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), que objetivou a melhoria da condição de vida dos jovens de todo o mundo. Também se pode chamar atenção para a provisão do *Decreto de Lisboa* e do *Plano de Ação de Braga*, que abordaram pautas relevantes para a população juvenil, como: saúde, educação, participação política, trabalho e desenvolvimento sustentável.

Abordaremos nesta sessão sobre a construção dos direitos juvenis no Brasil. Apesar do objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso não ter o seu foco voltado à infância, acredita-se que cada jovem já foi uma criança em algum dia, e que

questões não atendidas no passado se acumulam e podem influenciar o futuro. Aos olhos da sociedade de outrora, crianças advindas das Rodas dos Expostos se transformariam em futuros jovens que colocariam a ordem social em ameaça. De acordo com Nogueira e Oliveira (2019, p. 58), as Rodas dos Expostos fizeram parte de uma estratégia para diminuir o índice do abandono de crianças, e surgiram como forma de mascarar não somente esse indicador em questão, mas também a ausência de políticas públicas voltadas ao segmento infantil. Esses dispositivos foram instalados nas grandes cidades e possibilitavam que algumas mães, que não possuíam condições necessárias para criarem os seus filhos, entregassem-os de maneira anônima a casas de caridade, para que recebessem o melhor tratamento e criação possível. A primeira Roda dos Expostos foi implementada no Brasil em 1726, na Santa Casa de Misericórdia de Salvador, expandindo-se para outras cidades e capitais brasileiras ao longo dos anos. No entanto, mesmo que a sua implementação tenha sido motivada por uma boa intencionalidade, o índice do abandono de crianças aumentou, e com ele, também houve o aumento da taxa da mortalidade infantil dentro das instituições. Infelizmente, todo esse movimento proporcionou a segmentação das crianças que foram acolhidas por essas instituições, que fomentou o surgimento e a prática de preconceitos destinados a elas. A extinção da Roda dos Expostos no Brasil ocorreu após a implementação do *Código de Menores*, em 1927. Com isso, inúmeras crianças e adolescentes continuaram a ser estigmatizados pela sociedade e pelo próprio Estado, instalando-se e vagando pelas ruas. É preciso destacar que a sanção do *Código de Menores* foi o marco precursor para a elaboração dos direitos da juventude no Brasil: embora reforçasse o mau estereótipo que a sociedade atribuía aos jovens por deter uma abordagem assistencialista e corretivas, ele evidenciou a necessidade de se reivindicar direitos que antes foram ignorados. Em seguida, outros instrumentos também passaram a ser criados com base no *Código de Menores*, a citar o Serviço de Assistência ao Menor (em 1941) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (em 1964). É importante dizer que a legislação era utilizada como uma forma de coerção social para que a ordem social continuasse sendo mantida: essa característica diz respeito à Doutrina de Situação Irregular, termo que é muito presente no *Código de Menores* e representa o tratamento de expressões de vulnerabilidade social como um “problema” que precisa ser retido e corrigido de imediato, sem a visão de suas

particularidades e causas estruturais. O atendimento das necessidades e dos direitos infanto-juvenis não eram tratados como prioridade, e todo esse cenário de negligência e estigmatização só foi revertido em 1988 com a implementação da *Constituição Federal do Brasil*, que passou a reconhecer as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos.

A consolidação do *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* também representou um grande avanço para a garantia e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, pois gerou maior visibilidade para esse segmento da população. Conforme Lopes, Silva e Malfitano (2006, p. 119) exprimem: “O ECA veio substituir a doutrina da situação irregular pela doutrina da atenção integral”. Essa afirmação se refere à perspectiva da proteção integral que passou a ser destinada a crianças e adolescentes, que antes viviam sob constante situação de desamparo, marginalização e punição. De acordo com Garcia e Oliveira (2017, p. 154):

“Há menos de três décadas, no Brasil, as relações envolvendo crianças e adolescentes eram marcadas por um caráter essencialmente disciplinador. Formas de educar, atualmente reconhecidas como violentas, foram exercidas sem que se identificasse as possíveis implicações deletérias para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e jovens. A disciplina foi, durante muito tempo, considerada um objetivo em si mesmo, justificando a rigidez e a dimensão corretiva das formas de educar.” (GARCIA; OLIVEIRA, 2017, p. 154)

Essa transformação não foi abraçada pela sociedade com imediatismo, mas o ECA foi responsável por promover a sensibilização e a conscientização sobre algumas práticas de violência que antes eram normalizadas, além de inibir tratamentos ofensivos que eram direcionados a crianças e adolescentes. Sobre isso, as mesmas autoras (2017, p. 155) afirmam: “O reconhecimento da violação do direito é um passo importante no fortalecimento de uma cultura cidadã”.

À vista do cenário mencionado, podemos dizer que a implementação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* foi um importante marco do acesso desse segmento populacional aos seus direitos sociais e fundamentais: sobretudo, ao direito à liberdade, respeito e dignidade. Do mesmo modo, o ECA também incentiva a participação de crianças e adolescentes a serviços e programas sociais direcionados a eles. Por tudo isso, Garcia e Oliveira (2017, p. 164) expressam:

“Um dos alvos políticos do Estatuto da Criança e do Adolescente foi combater a histórica dissociação entre crianças, adolescentes e menores. Sob a doutrina da proteção integral, crianças e adolescentes passam a ser assim denominados,

sem discriminação de origem social, cor ou referência familiar.” (GARCIA; OLIVEIRA, 2017, p. 164)

No entanto, é preciso evidenciar que o Estado priorizou a sua forma de atuação voltada ao público pertencente à faixa etária definida no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (0 a 18 anos), resultando na ausência de proteção e amparo dos jovens que estavam acima desta faixa etária. Essa circunstância, juntamente com a intensificação de estudos voltados à temática da juventude no início dos anos 2000 e a implementação da *Pec nº 138/2003*, foram fundamentais para o reconhecimento da necessidade de se elaborar políticas públicas destinadas à juventude, que caracteriza a faixa etária acima da definida como adolescência. O ano de 2005 foi marcado por uma série de avanços que, futuramente, possibilitaram a constituição da Política Nacional da Juventude: primeiramente, pode-se citar como destaque a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVÉ) e da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), importantes órgãos que representam os interesses dos jovens atuando com a formulação, execução e avaliação das políticas de juventude no Brasil. Também, houve o estabelecimento do *Programa Nacional de Inclusão de Jovens* (PROJOVEM). Sobre esse Programa, Magalhães (2021, p. 10) afirma:

“o programa aparece claramente referenciado no documento da UNESCO que recomenda ações que conjuguem concessão de bolsas, elevação da escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã e que devem ser dirigidos aos jovens em condição de risco social”. (Magalhães, 2021, p. 10)

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens possui ênfase na história da estruturação dos direitos da juventude no Brasil porque almeja o combate da evasão escolar por meio da inclusão social desses jovens, que são incentivados a retomarem e a persistirem em seus estudos e, assim, adquirem competências que acrescentarão tanto em suas vidas profissionais, quanto em suas vidas pessoais. A concretização de todas essas ações e iniciativas foi fundamental para possibilitar a constituição da Política Nacional da Juventude em 2005, reputada por ser uma política pública de Estado que utiliza de programas para garantir a promoção e a defesa dos direitos da juventude. Esses programas são divididos em algumas áreas de atuação, a citar: educação, cultura, meio ambiente e esporte. Alguns programas que integram o campo da educação são: PROEJA, PROUNI, Projovem Campo, Projovem Urbano, Pronaf Jovem. Na área da cultura, pode-se apontar o programa Cultura Viva - Pontos de Cultura; enquanto na área

do meio ambiente, tem-se o programa Juventude e Meio Ambiente. A esfera esportiva, por sua vez, conta com os programas Segundo Tempo e Bolsa Atleta. Outros programas também foram elaborados e implementados ao longo dos anos, reforçando que o compromisso com as demandas da juventude precisa ser contínuo. Dentre esses programas, menciona-se: Pronatec Jovem Aprendiz (2011), Juventude Viva (2012), Estação Juventude (2013), Agentes de Cultura Viva (2013), Programa Segundo Tempo Universitário (2013), Start-up Jovem (iniciado em algumas regiões em 2015) e ID Jovem (2016). Apesar dos avanços proporcionados por esses programas, foi somente em 2013, com a criação do *Plano Nacional da Juventude* e do *Estatuto da Juventude*, que estruturaram formalmente as diretrizes legais para a promoção e proteção dos direitos da juventude no Brasil, através de leis. Esses documentos consolidaram as bases legais necessárias para garantir a inclusão e o desenvolvimento dos jovens, também representando um marco fundamental para a política pública juvenil no Brasil.

No entanto, embora se identifique a implementação de políticas e seus avanços conquistados, é necessário repensar e aprimorar determinadas legislações, fiscalizando para que elas realmente atendam às demandas dos jovens. Como este trabalho de conclusão possui um recorte voltado à juventude, realizar-se-á uma breve análise sobre o Estatuto da Juventude, buscando identificar e sugerir pontos, de acordo com o objeto de estudo deste trabalho, que precisam ser revisados e melhorados. A Lei Nº 12.852 institui o *Estatuto da Juventude*, que prevê os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas voltadas para a juventude e a criação do *Sistema Nacional da Juventude*. Essa lei é destinada a pessoas cujas idades estão entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos e reconhece a importância dessa fase da vida para o desenvolvimento integral dos jovens, no que tange à construção de suas identidades e suas participações ativas na sociedade. Conforme é estabelecido no artigo 14 do Estatuto da Juventude, os jovens têm o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, os quais devem ser assegurados sob condições de liberdade, segurança e proteção social. Também, segundo o inciso IV do artigo 15, a atuação estatal deve ser coercitiva à exploração e à precarização do trabalho juvenil. No entanto, apesar do significativo avanço da democracia, representado pela promulgação de novas leis, é preciso refletir sobre a

efetividade e cumprimento das mesmas quando se vive em um modo de produção cujo pilar de sustentação é a exploração.

O Capitalismo determina que grandes empresas busquem incessantemente pelo lucro, que só é alcançado graças à exploração massiva dos seus funcionários. De acordo com Marx (2013, p. 273) ao vender a sua força de trabalho, o trabalhador é pressionado a produzir mais em menos tempo. Essa dinâmica ocasiona a produção da mais-valia, que é aludida ao ouro do Capitalismo e gera significativas consequências nas vidas dos trabalhadores. Uma exemplificação disto pode ser feita com uma campanha que tem ganhado espaço e repercussão no mundo digital: a luta contra a escala 6x1³, cuja implicação estabelece que o colaborador trabalhe por seis dias seguidos e folgue somente um. Tal prática é adotada por restaurantes, farmácias, mercados, dentre outros estabelecimentos; e, comumente provoca exaustão (física e/ou mental), dificuldade na conciliação da vida profissional e pessoal, problemas de saúde a longo prazo em seus trabalhadores. Sobre uma imposição árdua de trabalho, Marx (2004, p. 81) afirma:

“Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (aursarbeit), tanto mais poderoso se toma o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio.” (MARX, 2004, P. 81)

O trecho menciona a debilitação da força humana no mundo do trabalho, cujas naturezas são negligenciadas por um sistema que prioriza a intensificação da produção e a acumulação de capital. Para os detentores do capital, a maximização da produção precisa ser atingida, ainda que custe o bem-estar dos seus trabalhadores. Esse processo reduz o trabalhador a uma simples peça e engrenagem do sistema produtivo, que infelizmente possui a tendência de perder o seu lado humano em virtude da eficiência e do lucro - que não será destinado a ele. O proletariado ambiciona uma melhor qualidade de vida, no entanto, mesmo que sua vida profissional esteja sob uma condição de objetificação, ele possui a ciência de que se o equipamento (ele) apresentar qualquer defeito, será substituído por outro. Segundo Marx (2013, p. 239), o Capitalismo provoca o desgaste, o esgotamento e o encurtamento do tempo de vida dos trabalhadores.

³ A luta contra a escala 6x1 corresponde a uma campanha popular que se tornou um projeto de lei, aprovado para tramitação em novembro de 2024. Esse movimento é liderado pela deputada federal Erika Hilton e pelo vereador Rick Azevedo.

Quando se analisa a dinâmica capitalista que é aplicada no ingresso da juventude no mercado de trabalho, o cenário relatado anteriormente é ainda mais agravado: além da maximização da jornada de trabalho pelo recebimento de um salário inóspito, exigem experiência e uma qualificação elevada dos jovens. Partindo de uma interpretação pessoal, acredita-se que essa condição gera um ciclo vicioso, pois na maioria das vezes o jovem necessita de uma experiência para ingressar no mercado de trabalho, mas só terá determinada experiência se for contemplado com uma vaga. A mesma lógica se aplica com relação à qualificação dos jovens: se as grandes empresas oferecessem a capacitação requerida, a juventude se qualificaria aos moldes do empregador, ganharia experiência e esse grande ciclo seria quebrado. A perda de bons candidatos, com facilidade de aprendizado e alta agilidade para o cumprimento de suas funções, seria evitada. No entanto, infelizmente essa realidade não é e não será alcançada porque os detentores do capital não possuem interesse em investir em algo que não seja o seu meio de produção: um investimento demanda a disposição de dinheiro, que implicaria na diminuição da sua margem de lucro. Eles exigem por algo que não estão dispostos a financiar, recusando-se não apenas ao pagamento do investimento que fariam, mas também à valorização do investimento de tempo e dinheiro que os jovens fazem para se adequarem às exigências do mercado de trabalho. Sobre isso, Pastore (2005, p. 29) explicita:

“O mercado de trabalho está se tornando cada vez mais exigente. As empresas não contratam diplomas, currículos ou recomendações. O tempo do pistolão e do apadrinhamento acabou. As empresas querem respostas, por isso contratam profissionais curiosos, com capacidade de apreender continuamente. Daí a importância da boa formação. Você que é jovem, leve isso em conta. Quando o professor pedir para ler um livro, leia dois. Quando pedir dois, leia quatro. Crie o hábito de estudar por conta própria. Aproveite todos os momentos de folga para aprender, aprender e aprender. Se o emprego está difícil para quem estuda, imagine as dificuldades para quem vive nas trevas. Portanto, defina sua meta e procure ficar sempre acima da média da classe. O mercado de trabalho tem sido rigoroso também em matéria de conduta. Não basta dominar os conhecimentos da sua profissão. Você precisa gostar do que faz. E fazer tudo com carinho, zelo, perseverança e comprometimento. Se você trabalhar como empregado, os seus supervisores estarão de olho no seu modo de encarar suas tarefas. Se você trabalhar por conta própria, os seus clientes esperam competência, atenção, cordialidade e demonstração de que você faz o seu serviço com prazer. O mundo do futuro estará cada vez mais atento às condutas e aos hábitos dos profissionais” (Pastore, 2005, p. 29)

O fragmento exposto transparece a importância de se refletir sobre o que é esperado do jovem dentro do sistema capitalista. Espera-se um alto índice de competências e aptidões

de pessoas cujas habilidades técnicas e socioemocionais ainda estão sob desenvolvimento. Espera-se certa maturidade vinda de pessoas que ainda estão definindo os seus gostos e interesses, autodescobrindo-se. Espera-se entusiasmo, energia e alta produtividade de pessoas cujas jornadas de trabalho são marcadas por atividades intensas e um salário escasso. Espera-se que os jovens sejam coniventes a esse sistema de exploração, por falsas promessas de promoção e crescimento futuro.

Kelem Rosso (2022) faz um estudo sobre a juventude que trabalha na empresa Madero. Segundo Rosso (2022, p. 218) essa pesquisa lhe possibilitou enxergar o seguinte cenário:

“encontramos um exército de jovens que, para ter acesso a um emprego formal, se dispõe a fazer grandes mudanças nas suas vidas: sair de suas regiões, afastando-se de familiares e amigos; compartilhar moradia com colegas de trabalho; viver um cotidiano instável, sem jornada de trabalho fixa, sem local de trabalho fixo, e postergar os estudos. A junção desses dois polos é a chave de uma estratégia muito perspicaz que se mostrou profundamente articulada com elementos histórico sociais estruturantes da sociedade brasileira.” (ROSSO, 2022, p. 218)

Além de expor que os jovens são explorados e detêm uma jornada de trabalho exaustiva (fisicamente e emocionalmente), a autora evidencia que, nessa empresa, há a criação de uma perspectiva ideocultural. Ou seja, o Madero recruta jovens que nunca trabalharam antes, para moldar-lhes com maior facilidade e se tornar um local cujas ideias e aspectos culturais são entrelaçados. Deste modo, constrói-se certa identidade e/ou maneira de ver o mundo, que estão alinhadas com os valores da empresa. É importante ressaltar que a religiosidade de matriz africana também objetiva a construção de uma forma de ser, de um lugar ideocultural no processo de formação da consciência e da subjetividade dos indivíduos, principalmente entre os jovens. No entanto, de maneira diferente à cultura de uma empresa, essas religiões não corroboram com a narrativa de culpabilização e inferiorização dos indivíduos. Contrariamente, ela busca promover o encontro do indivíduo com toda sua potência e desenvolvimento humana e espiritual. Para muitos jovens, as comunidades de terreiro (CTTro) passam a corresponder a espaços viabilizadores de suas autodescobertas, já que oferecem auxílio e auxiliam na construção de uma identidade empoderada.

De acordo com Magalhães (2021, p. 15), a juventude brasileira tem se defrontado desde cedo com a necessidade de fazer escolhas difíceis, que são mais orientadas por

questões de sobrevivência do que por projetos pessoais. Essa ideologia reflete sobre a expectativa e a determinação de que decisões sejam tomadas por pessoas cujo senso crítico ainda está sob processo de construção. Deseja-se que os jovens escolham entre estudar, trabalhar, ou conciliar ambas as atividades; da mesma forma, subentende-se que devem priorizar sua subsistência em detrimento de seus próprios planos e projetos de vida. É importante ressaltar que uma das características da economia brasileira sugere que os jovens comecem a trabalhar desde o possível para auxiliarem na composição de renda das suas famílias: tal movimento é possível graças à legalização e instituição dos programas de Jovem Aprendiz, que oferecem vagas de trabalho a jovens cujas idades estão entre 14 e 24 anos. Nesse sentido, grande parte da juventude se vê obrigada a conciliar altas jornadas de trabalho com densos conteúdos estudantis e programáticos que lhes são exigidos. Também, são induzidos a utilizarem os seus dias de descanso para se organizarem e/ou executarem funções que não conseguiram ministrar anteriormente por causa de falta de tempo e/ou energia. Deste modo, jovens estudantes e trabalhadores utilizam o final de semana para lerem conteúdos e/ou realizarem tarefas de suas disciplinas escolares, da mesma forma que também precisam estar à disposição caso alguma demanda de urgência surja em seus trabalhos e eles precisem oferecer apoio para a resolução da mesma; os que conquistaram independência financeira, usufruem deste tempo para realizarem tarefas domésticas. O jovem que se vê assegurado pela teoria expressa no Estatuto da Juventude não é abraçado em sua prática: enquanto o artigo 15 lhe prevê a oferta de um trabalho digno e protegido, ele não dispõe de tempo para cuidar de si mesmo, fazer o que verdadeiramente gosta e, até mesmo, descansar o necessário. Um ditado popular brasileiro afirma que (dentro do Capitalismo) tempo é dinheiro, portanto, é recorrente que se romantize uma rotina cheia e desgastante. A sobrecarga que é imposta aos jovens reflete sobre o processo de reificação defendido por Marx (2004, p. 81), que os reduz a objetos e instrumentos produtivos ao invés de seres humanos com particularidades, gostos e necessidades. Tudo isso traz consequências ao estilo de vida que a juventude decide seguir, sobretudo no campo de estudo deste trabalho de conclusão de curso, que se relaciona com a religiosidade.

O Estatuto da Juventude também prevê o direito à religião, no entanto, é necessário refletir sob quais condições esse direito é assegurado. Segundo o artigo 17, o jovem não deve ser discriminado por motivo de religião. Mas, quando ainda se considera sobre a esfera do mundo do trabalho, o que deveria ser garantido por lei não é resguardado: infelizmente, jovens que seguem religiões de matriz afro-brasileiras estão sujeitos a sofrerem com o Racismo Religioso dentro do seu ambiente de trabalho. Tal frase pode ser elucidada com o exposto em um site de notícias: de acordo com o site “G1” (05/11/2019), uma jovem denunciou à polícia civil que a sua supervisora lhe disse que ela precisava aceitar Jesus, e que só pisaria em um terreiro de Candomblé para salvar as almas que estão perdidas nas trevas. Maria Carolina, vítima de Racismo Religioso, expressou: “Nesse tempo já escutei de tudo lá dentro, já ouvi piada, já fui apontada como demônio, já riram de minhas curas, já zombaram de meu sagrado, tantas vezes ouvi que Jesus me amava e que deveria aceitá-lo” (Site G1, 2019). Apesar da denúncia e indo contra o pedido da jovem, foi relatado que a supervisora de Maria Carolina não parou com a violência destinada à ela, por isso, a jovem teve que se afastar do trabalho por estar com estresse psicológico. Lamentavelmente, este cenário que tem crescido na sociedade hodierna só será alterado quando as legislações e autoridades tratarem sobre a questão religiosa com seriedade. O Racismo Religioso dentro do ambiente de trabalho vai além de uma simples violência, ele diz respeito ao apagamento de uma identidade construída. O jovem que se sente explorado pelo Capitalismo, ainda consegue ser mais violentado por se deparar com a deslegitimação dos seus conhecimentos, preferências e individualidade. Dentre deste trabalho, a religião não é vista somente como uma mera crença, mas sim como uma estrutura que proporciona sentido, pertencimento e orientação aos seus adeptos: nesse sentido, é imprescindível que órgãos competentes e disposições legais tenham esse mesmo olhar cuidadoso e empático com os povos de terreiros.

O Estatuto da Juventude, por exemplo, deveria conter um artigo inteiro destinado à religiosidade dos jovens e um inciso extenso sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, para que tais direitos sejam detalhados e defendidos em sua totalidade. Jovens que trabalham sob a escala 6x1 deveriam ter os seus sábados e/ou domingos resguardados, já que diversos terreiros possuem o hábito de fazerem as suas giras no

final de semana. Jovens que cumprem e seguem o resguardo estabelecido após a feitura no Candomblé deveriam ter liberdade e incentivo para utilizarem roupas brancas nos seus ambientes escolares e profissionais, já que essa cor simboliza a pureza, a renovação espiritual e está em concordância com a energia de Oxalá. Jovens empreendedores que trabalham na área da beleza e também cumprem o resguardo específico após a feitura no Candomblé deveriam ter o direito de atuarem em alguma sala que não haja a existência de espelhos, pois não é permitido que eles olhem quaisquer reflexos presentes nos mesmos. Jovens que trabalham em escritórios e/ou com atendimentos individuais deveriam ter as suas jornadas de trabalho flexibilizadas e híbridas, para terem um maior conforto, já que são impossibilitados de se sentarem em cadeiras quando estão em cumprimento do resguardo anteriormente citado; também, não podem se sentar à mesa quando fazem refeições e possuem receio de sofrerem insolência. Jovens não deveriam ser forçados a irem em cultos, missas, e/ou celebrações que não vão de acordo com sua religiosidade. Jovens deveriam ter o direito e a segurança de utilizarem guias de proteção em seus trabalhos e escolas sem se preocuparem com quaisquer violências que possam vir a sofrer, pois afinal, se uma pessoa católica utiliza um terço em seu pescoço por baixo de sua blusa e não é julgada, por que um umbandista e/ou candomblecista seria? Esse conjunto de itens citados são sugestões que retratam parcela de tópicos que poderiam ser abordados no Estatuto da Juventude e outras demais legislações. Infelizmente, o cenário que é observado e vivido pelos jovens é o de medo, conivência e adequação às normas estabelecidas por superiores: o medo de represálias, perseguição e até mesmo a substituição em seus ambientes de trabalho soa mais alto do que as suas vozes de resistência. A ausência de proteção provoca a quebra de preceitos que são fundamentais dentro das religiões afro-brasileiras, havendo a necessidade de dirigentes espirituais e pais de santo adaptarem e flexibilizarem os seus rituais. Para que essas questões sejam devidamente enfrentadas, é essencial que o Estado e as instituições públicas e privadas reconheçam e respeitem o direito à religião de maneira ampla e inclusiva. Não se trata apenas de escrever direitos em um documento, mas sim de implementar políticas e práticas que assegurem o pleno exercício da religiosidade dos jovens, especialmente dos pertencentes às religiões de matriz afro-brasileira, que frequentemente são alvos de Racismo Religioso. O Estatuto da Juventude,

assim como outras legislações, deveria promover e incentivar o respeito às diferenças, proporcionando ambientes de estudo e trabalho que sejam acolhedores e isentos de violências simbólica e/ou física. O direito à religião, a dignidade de/para seguir os seus preceitos e a segurança por não serem perseguidos por suas escolhas são elementos centrais para a construção de uma sociedade laica. Por isso, essas questões precisam ser abordadas com rapidez, seriedade e compromisso, para que a juventude consiga exercer os seus direitos sem o temor de ser invisibilizada e/ou violentada.

1.2 – PROJETO POTÊNCIA JOVEM DO INSTITUTO DA PROVIDÊNCIA: O LEGADO DE DOM HÉLDER CÂMARA PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Instituto da Providência é uma organização social sem fins lucrativos que objetiva o combate à pobreza por meio da oferta de oportunidades e acesso a direitos para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. A criação dessa instituição foi motivada pela necessidade de combater a desigualdade social que existia no ano de 1959, quando a assistência era destinada a grupos específicos: deste modo, Dom Hélder Câmara fundou o Instituto da Providência, que buscava romper com este paradigma e reforçar que a assistência era um direito de quem dela necessitava. É importante ressaltar que, segundo a sua concepção de Dom Hélder Câmara, a assistência não correspondia apenas à política e à disposição de recursos e/ou serviços, mas sim à instauração de estratégias capazes de transformar as bases do sistema responsável por reproduzir a pobreza. Nesse sentido, dentre os objetivos institucionais presentes no estatuto do Instituto da Providência, podem-se citar:

- I) “Prestar de serviços de assistência e a orientação especializada para a capacitação profissional das pessoas beneficiárias a que ele atender”, com a finalidade social e de promoção humana de integrá-las no mercado de trabalho”.
- II) “Prestar assessoramento, de forma continuada, permanente e planejada, por meio de serviços e da execução de programas e projetos voltados, prioritariamente, para o fortalecimento dos movimentos sociais, das organizações de usuários, da formação e da capacitação de lideranças”.
- III) “Planejar e realizar projetos e eventos culturais, esportivos e sociais, em apoio às comunidades e entidades parceiras de direito público e privado, para a promoção, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades relacionadas com as suas finalidades”. (Estatuto do Instituto da Providência)

Há 65 anos, o Instituto da Providência destina impacto social à vida de milhares de pessoas, tornando-se referência no atendimento de demandas sociais. Ao longo de cada década, as suas iniciativas e ações sempre foram focadas em oferecer gerar impacto positivo na sociedade. Durante a década de 1950, a ideia era implementar um Banco que oferecesse crédito às pessoas que não seriam atendidas pelos bancos do sistema financeiro, por razão de seus recursos financeiros: com isso, houve a criação da Carteira de Empréstimo, que foi o primeiro serviço da sociedade civil que emprestava dinheiro aos pobres. Também se realizou uma organização dos Serviços de Assistência Social, que passaram a ter uma concepção de defesa dos direitos sociais. Para além de tudo isso, foram criadas as agências de família e a promoção de trabalho para essas famílias usuárias. A implementação da Comunidade de Emaús, do Centro Feminino para as mulheres, da 1ª Creche do Morro da Formiga e de 7 Centros de Capacitação para o Trabalho também são feitos importantes de se ressaltar. Na década de 1970, o Serviço de Promoção da Doméstica e o Serviço do Egresso do Sistema Penitenciário foram criados. Ademais, o Instituto da Providência intensificou os programas de formação de mão-de-obra, aumentando, dessa forma, as chances de pessoas marginalizadas serem contratadas pelas empresas. Entre os anos 1981 e 1990 foi idealizado o Projeto Agrícola de Mendanha, como forma de remodelar a mão-de-obra para que as pessoas pudessem trabalhar para si mesmas, criando suas próprias oportunidades de trabalho, tendo em vista o período de grande recessão que estavam vivendo. Ademais, com a expansão do vírus da Aids, originou-se o Ambulatório da Providência, que objetivava atender a população em situação de rua. No período de 1991 a 2000, Dom Eugênio Sales fez um apelo para que as pessoas acolhessem a população em situação de rua: com isso, o Instituto da Providência passou a criar ações específicas para atender e apoiar essa população, bem como fundou a Casa de Apoio Santo Antônio, destinada à internação dessas pessoas que não eram abrangidas pelas políticas públicas. A 5ª década, representada pelos anos entre 2000 e 2010, foi marcada por uma intensa modernização do planejamento estratégico e das metodologias utilizadas pelo Instituto da Providência: uma nova cultura institucional também foi implementada.

Na contemporaneidade, essa instituição de natureza social e filantrópica contribui para o alcance de seis objetivos de desenvolvimento sustentável: erradicar da pobreza,

educação de qualidade, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico, reduzir as desigualdades, parcerias e meios de implementação. O Instituto da Providência promove a transformação social por meio da implementação do Programa de Inclusão Social Produtiva, que aplica a Metodologia das 3 Fases em cada um dos seus Projetos Sociais. A Metodologia das 3 Fases é um importante recurso para que se alcance o desenvolvimento humano, a capacitação profissional e a geração de renda: por isso, cada uma das três fases expressadas na nomenclatura da metodologia é destinada à execução de cada um desses itens, respectivamente. O Instituto da Providência possui em seu corpo três grandes projetos sociais: “Mulher, Potência Empreendedora”; “Reconquista” e “Potência Jovem” - no qual atuo como estagiária de Serviço Social. O Projeto “Mulher, Potência Empreendedora” é destinado exclusivamente para mulheres que desejam se tornar empreendedoras e as suas fases são realizadas em quatro localidades diferentes da cidade do Rio de Janeiro. A Primeira Fase deste projeto ocorre nas Agências de Família, que são instaladas em comunidades de Campo Grande, Cidade de Deus e Padre Miguel. Essa primeira etapa busca desenvolver as habilidades e as competências socioemocionais dessas mulheres, por meio de atividades, debates e dinâmicas em grupo. A Segunda Fase deste projeto ocorre no Centro de Capacitação do Instituto da Providência, localizado no bairro de Realengo: nesta etapa, busca-se desenvolver as habilidades técnicas e empreendedoras das beneficiárias no início do projeto, que selecionam no início do projeto a área por qual mais sentem identificação - beleza, gastronomia ou costura criativa. Por fim, a Terceira Fase deste projeto diz respeito à geração de renda: o Instituto da Providência seleciona empreendedoras que obtiveram maior destaque e desenvolvimento ao longo da trilha formativa para receberem um capital semente e, desta forma, desenvolverem os seus próprios negócios. Além disso, as selecionadas também recebem mentorias sobre as áreas de incentivo à prática do comportamento empreendedor, estratégias de diferenciação de produtos/serviços e educação financeira, oferecidas por uma empresa parceira denominada Sebrae. Deste modo, no fim de cada ciclo, inúmeras mulheres conseguem transformar as suas próprias realidades sociais: desenvolvendo a sua autoestima, reconhecendo o seu potencial e conquistando a sua independência financeira. O Projeto (Re)Conquista, por sua vez, foi idealizado em parceria com a Stone

e o Instituto Phi sob o propósito de gerar um impacto significativo em termos de amplitude, profundidade e perenidade. Para isso, as organizações sociais participantes, que são espalhadas por todo território brasileiro, são capacitadas com a Metodologia das 3 Fases utilizada pelo Instituto da Providência. Tais organizações recebem recursos para a implementação dessa metodologia e isso possibilita a formação de diversos microempreendedores em seus territórios. De maneira similar ao Projeto “Mulher, Potência Empreendedora”, os microempreendedores gerados pelo Projeto “(Re)conquista” que mais possuem destaque dentro da trilha formativa também receberão capital semente para iniciarem os seus negócios. Desta maneira, ocorre o aumento das oportunidades de geração de renda ao longo de todo o país e do planejamento e execução de inúmeros projetos pessoais.

O “Projeto Potência Jovem”, no qual cumpri os três níveis de estágio obrigatório e será objeto de discussão deste trabalho de conclusão de curso, é direcionado a jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social e estejam cursando, ou tenham completado, o Ensino Médio. No ano de 2023, o Projeto contemplava jovens que possuíam entre 18 e 24 anos de idade. No entanto, neste ano foram selecionados jovens cujas idades correspondem aos números existentes entre 16 e 22 anos. A Primeira Fase do Projeto Potência Jovem busca desenvolver as habilidades socioemocionais destes jovens, por meio da abordagem de temáticas como: identidade, protagonismo juvenil, gênero e diversidade, educação antirracista, saúde emocional, dentre outros. Na Segunda Fase do projeto, os jovens são encaminhados para a sede de uma empresa parceira denominada Senai - localizada no bairro de Vicente de Carvalho - onde têm a oportunidade de fazerem um curso profissionalizante na área escolhida por eles (que envolvem as áreas de logística ou tecnologia computacional). Por fim, a Terceira Fase do projeto é constituída pela oferta de aulas de empregabilidade, comunicação para o mundo do trabalho, educação financeira e inglês no mundo do trabalho. Ao final das três fases, a equipe do Projeto Potência Jovem encontra jovens que se mostram significativamente diferentes de como eram quando se inscreveram no projeto. Eles desenvolveram diversas habilidades socioemocionais, como: autoconfiança, autoestima, resiliência, empatia, autocontrole, colaboração e comunicação. No final desse processo, os jovens se mostram prontos para ingressarem no mundo do trabalho e são

encaminhados para vagas de trabalhos ofertadas por empresas parceiras do Instituto da Providência. A magnitude de projetos sociais que são destinados a jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, como o Potência Jovem, está atrelada à facilitação e viabilização do acesso destes aos seus direitos sociais. Os Indicadores Sociais presentes no II Plano Decenal de Assistência Social revelam que, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), os jovens de 15 a 24 anos correspondiam a 40% dos desempregados no mundo. Em virtude desse cenário, a Lei Orgânica da Assistência Social declara em seu segundo artigo que um dos objetivos da Assistência Social é a proteção social, que inclui a promoção da integração ao mundo do trabalho. Após um extenso debate, de acordo com o II Plano Decenal de Assistência Social, foi promulgado que a Assistência deve:

“Identificar e dar suportes aos indivíduos em vulnerabilidade que demandem acesso a ações de qualificação profissional, inclusão produtiva e intermediação de mão de obra; bem como articular a adequada oferta destas ações com as respectivas organizações que atuam na esfera do Trabalho”. (II Plano Decenal de Assistência Social, p. 65)

O fragmento exposto reforça sobre a importância da criação de programas como o Acessuas, que se utiliza da articulação de parcerias com órgãos e entidades - governamentais e não governamentais - para promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Isso revela que, por mais que a Assistência e o Terceiro Setor sejam áreas distintas de atuação, eles se complementam de determinadas formas. A formulação do II Plano Decenal de Assistência Social surgiu em resposta a uma conjuntura marcada por uma crise econômica e pelo crescente índice de desemprego no Brasil. Diante desse cenário, organizações sociais sem fins lucrativos - como o Instituto da Providência - desempenham um papel fundamental ao preencherem lacunas e realizarem ações que, por muitas vezes, o Estado não consegue executar de forma eficaz, atendendo com zelo às necessidades específicas dos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O terceiro setor complementa as políticas estatais, oferecendo programas e serviços adaptados às demandas locais, promovendo a inclusão social, o acolhimento, o acompanhamento e o apoio a grupos em situação de pobreza. Nesse sentido, o Projeto Potência Jovem contribui de maneira efetiva para além da redução do desemprego no Brasil: ele também promove ações,

oficinas e debates que buscam desenvolver a autonomia e as demais habilidades socioemocionais dos jovens participantes do projeto.

CAPÍTULO 2 - NARRATIVAS EM TRANSFORMAÇÃO: CORRIGINDO OLHARES E COMPARTILHANDO SABERES

2.1 - RAÍZES E RESISTÊNCIA: A FACE DO RACISMO RELIGIOSO

A formação social do Brasil foi marcada pelo Colonialismo europeu, cuja conjuntura representa um sistema de exploração que objetivava a expropriação econômica e a dominação sobre outros povos. O Colonialismo foi fundamentado pela legitimação de ideais eurocêntricos, que reconheciam a Europa como um modelo civilizatório superior e somente os seus valores eram tidos como íntegros. Além desse ideal, também se pode citar outro que foi responsável para justificar as atrocidades cometidas durante esse período: o etnocentrismo. O etnocentrismo é configurado como a prática de subjugar e inferiorizar outras culturas que não correspondem à mesma escolhida por determinado indivíduo, com base em seus valores e convicções. Deste modo, de acordo com Nascimento (2016, p. 48): “A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão”. Esse trecho esboça que pessoas africanas foram arrancadas de suas terras e amontoadas em navios negreiros para a pior expedição de suas vidas: a escravização. Os efeitos disso são tão devastadores que, mesmo com avanços políticos e tecnológicos na sociedade hodierna, é preciso destacar que nunca será possível mensurar o número de escravizados que adentraram no país. Sobre isso, Nascimento (2016, p. 49) diz:

“Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas principalmente, consequência da lamentável Circular N5' 29 de 13 de Maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados

com o comércio de escravos e a escravidão em geral.” (NASCIMENTO, 2016, p. 49)

Dentro do âmbito econômico brasileiro, a escravização negra serviu como base para que a própria economia do país, as relações sociais e de trabalho e a acumulação do capital em nível mundial se estruturassem. De maneira complementar, Albuquerque e Fraga (2006, p. 66) manifestam que a escravização foi algo muito além de um sistema econômico: ela foi responsável por formar modos de agir e pensar, de criar e reforçar os ideais de submissão e opressão dos negros. Portugal sempre tentou distorcer a realidade para encobrir a sua essência racista, promovendo ideais que, somente aos seus olhos, conferem um caráter de benevolência à escravização brasileira. É importante frisar que tais ideais estão sendo compreendidos a seguir com a precedência da palavra “mito” por serem crenças e ideologias construídas nesse sentido da subjugação negra.

Fundamentando-se em Nascimento (2016, p. 58-60), a primeira ideologia que pode ser citada é a do Mito do Africano Livre, que correspondia à “liberdade” do escravizado que não possuía uma boa capacidade produtiva. No entanto, essa “liberdade” era destinada a idosos e/ou enfermos, que sob condição de descarte eram largados na sociedade à própria sorte, já que não recebiam quaisquer recursos e auxílios dos seus senhores. Outro público que poderia se beneficiar de tal prática “humanizadora” eram os escravizados indicados para cumprirem serviços militares, sob a função de substituir algum filho de senhor, de modo que ocorria a troca da vida branca pela vida negra. Um segundo conceito que pode ser destacado, segundo o mesmo autor (2016, p. 57) é o Mito da Tendência Inata, que diz respeito à romantização da miscigenação brasileira. Os colonizadores sempre manifestaram que o Brasil foi construído sob a ótica da ausência de preconceito, mas, esse ideal é combatido quando se analisa a atuação luso-portuguesa no território brasileiro. O português não misturou o seu sangue de maneira pacífica e harmoniosa com os escravizados: a “célebre” miscigenação e a formação societária brasileira decorreram do estupro de milhares de mulheres negras. Para além da realização de trabalhos domésticos, as mulheres negras também eram vistas como fonte de renda para os seus senhores, através da exploração sexual. Os estupros cometidos por homens brancos europeus também fizeram parte de

uma estratégia de embranquecimento da sociedade, que objetivava o desaparecimento da população negra. Deste modo, os “mulatos” foram considerados como o primeiro grau alcançado em uma escala de embranquecimento. Outro ideal que pode ser mencionado, de acordo com Nascimento (2016, p. 42-53) é o Mito do Senhor Benevolente, caracterizado pelo pensamento de estratégias para humanizar o horror vivido pelos escravizados. Uma dessas estratégias corresponde à distribuição de um pequeno número de escravizados em uma grande faixa territorial, para que o tratamento destinado a eles fosse mais sensível e “dedicado” - como se isso não fosse gerar mais trabalho e criteriosidade para as suas vidas. De maneira complementar, o incentivo à construção de “nações” étnicas e fraternidades religiosas (comunidades que proporcionavam auxílio e apoio mútuo) e o mantimento do evento batuque (celebrações promovidas por essas nações, que destacavam a música, o canto e a dança africana) também fundamentaram o Mito do Senhor Benevolente, dando a entender que a manutenção e a perpetuação do legado cultural-civilizatório africano foram provenientes de uma boa relação entre senhores e escravizados - e não resultados de um processo de construção de lutas e movimentos de resistência. Todo o exposto fundamentou a criação de um outro ideal que, erroneamente, é difundido na sociedade até nos dias atuais: o Mito da Democracia Racial. Esse Mito se configura como uma suposta igualdade existente entre negros e brancos, legitimando a ideia de que a sociedade brasileira é livre e isenta de racismo. Todavia, somente a análise da verdadeira face da escravização é capaz de refutar completamente o Mito da Democracia Racial, graças à evidência do racismo velado que está intrínseco na história do Brasil. Segundo Nascimento (2016, p. 51)

“Proprietários e mercadores de escravos no Brasil, a despeito das várias alegações em contrário, em realidade submeteram seus escravos africanos ao tratamento mais cruel que se possa imaginar. Deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo – eis algumas das características básicas da “benevolência” brasileira para com a gente africana.” (NASCIMENTO, 2016, p. 51)

É possível inferir, com o supracitado, que a soberania portuguesa apenas evidenciou a sua natureza racista. Tantas atrocidades foram cometidas durante a escravização que a utilização de somente uma ideologia-base é suficiente para contrapor toda a “benevolência” defendida pelos colonizadores: a ideologia da

inferioridade africana, que é contrária a da superioridade europeia. Enquanto a superioridade europeia coloca a Europa como o centro do progresso e desenvolvimento humano, a inferioridade africana é utilizada para legitimar a exploração e a desumanização de povos africanos. Se os portugueses de fato fossem benevolentes, não arrancariam famílias de suas terras para submeter-lhes a um tratamento degradante. Aprisionar os corpos dos escravizados não era o bastante, por isso, os senhores buscavam aprisionar também as suas almas. Acerca disso, Nascimento (2016, p. 97) exprime:

“Para manter uma completa submissão do africano, o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas também seu espírito. Para atingir este objetivo se batizava compulsoriamente o africano escravizado, e a Igreja Católica exercia sua catequese e proselitismo à sombra do poder armado” (NASCIMENTO, 2016, p. 97)

O trecho destacado revela que o sistema escravista utilizava não apenas a violência física, mas também mecanismos simbólicos e culturais para subjugar os africanos escravizados. Esse processo corroborou com uma estratégia de imposição religiosa e apagamento da identidade cultural africana. O eurocentrismo e o etnocentrismo defendiam a supremacia dos valores e da cultura europeia, impondo-os como um padrão universal a ser seguido. No entanto, os negros escravizados detinham os seus próprios saberes, crenças e deuses. Sobre como a religiosidade desses povos era vista, Munanga (2019, p. 23) expressa:

“(...) parte dos missionários mostrou-se até incapaz de aceitar que eles possuísssem uma religião e, quando isso aconteceu, chamaram-na de animismo, com o intuito de ressaltar que os negros botavam alma nas pedras, nas árvores e em todos os objetos animados e inanimados de seu meio ambiente” (MUNANGA, 2019, p. 23)

Tal fragmento evidencia que a escravização foi muito além de uma dominação que utiliza a raça como forma de hierarquização: ela diz respeito a uma tentativa de extinção, marginalização e aniquilação. Além de deterem a liberdade dos escravizados, roubavam também as suas essências e inferiorizavam os seus saberes. Os escravizados que ofereciam quaisquer tipos de objeção à nova cultura que lhes era imposta, eram castigados e/ou mortos. Em virtude disso, Fernandes (2008, p. 346) expõe que cabia ao negro “aceitar passivamente as regras do jogo estabelecidas pelo e para o branco”, ou

seja: ajustar-se às normas e padrões determinados por seus senhores. Deste modo, os escravizados passaram a utilizar determinadas estratégias como forma de preservar o seu legado civil-cultural, resistindo. O Sincretismo Religioso foi criado sob essa óptica, correspondendo à combinação de determinados elementos religiosos: neste caso, os escravizados precisavam assemelhar os seus orixás aos santos católicos cultuados por seus senhores. Sendo assim, Iansã passara a “ser” Santa Bárbara, da mesma maneira que Ogum passara a “ser” São Jorge. A falange de Ibejada passou a ser representada pela famosa “patota” de Cosme e Damião; os espíritos dos caboclos eram simbolizados por São Sebastião... cada equivalência era atribuída por alguma semelhança existente entre as divindades católicas e de matriz africana, seja por alguma característica física, uma história similar, a igualdade na utilização de determinado instrumento, entre outros. É importante destacar que, dentro da Umbanda, o Sincretismo Religioso ainda é utilizado nos dias atuais como fundamento e forma de preservação das memórias e crenças dos ancestrais que tanto lutaram para que a religião sobrevivesse.

Apesar da escravização ser um evento ocorrido no passado, ainda é possível sentir os seus efeitos nos dias atuais, através da observação de disparidades que evidenciam as desigualdades sociais existentes e a manutenção de ideais advindos dessa época. Fernandes (2008, p. 35-36) afirma que:

“Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 35-36)

Após a (falsa) abolição da escravização, Nascimento (2016, p. 58) expressa que nenhuma política pública foi elaborada para amparar o negro ou lhes oferecer algum tipo de suporte; nem inserí-los na sociedade. Tal negligência contribuiu para a perpetuação da marginalização e da exclusão social do negro, que são persistentes até hoje. Esses itens são evidenciados quando ocorre a estigmatização, a demonização e a rejeição das expressões religiosas de matriz africana. É importante dizer que, a partir deste parágrafo, as religiões de matriz africana serão tratadas neste trabalho como religiões de matriz afro-brasileiras, reconhecendo e respeitando o legado das pessoas negras que, mesmo

diante da opressão e do racismo, resistiram e mantiveram vivas as suas práticas espirituais, em muitos casos de modo conjunto com indígenas brasileiros. Ao longo do tempo, suas religiões se transformaram e passaram a criar manifestações únicas, permanecendo até hoje como uma expressão de identidade e resistência.

Para que se tenha uma maior contextualização para o debate que será feito sobre o Racismo Religioso, falar-se-á brevemente sobre as duas religiões de matriz afro-brasileira de quais os jovens do Projeto Potência Jovem fazem parte e, por isso, são recortes deste trabalho: a Umbanda e o Candomblé. É importante ressaltar que, embora essas religiões possuam diversas doutrinas e vertentes, este trabalho levará foco exclusivamente às práticas e à fundamentação da Umbanda e do Candomblé, sem adentrar nas variações existentes em cada ritual.

De acordo com Rohde (2010, p. 85), “a umbanda é um fluxo humano-espiritual-natural-universal; só tem limites quando olhamos para ela procurando por um limite - construindo-o com o olho”. Essa afirmação evidencia a dimensão do encantamento que está intrínseca na religião. Careli (n/d, p. 11) afirma que “a Umbanda foi fundada para a prática da caridade, da humildade e do estudo sobre as relações entre os planos espiritual e material”. Nesse sentido, na gira umbandista, entidades espirituais oferecem passes e/ou consultas à assistência presente - nome que representa tanto as pessoas que buscam por algum tipo de ajuda, quanto as que comparecem somente para assistirem ao rito. Essas interações reforçam o propósito da Umbanda, já que a gira umbandista é essencialmente dedicada a oferecer suporte e orientação espiritual àqueles que procuram por auxílio e amparo. Cada casa tem suas particularidades e tudo é ajustado conforme as orientações espirituais de cada líder religioso, mas um item é comum entre todas as vertentes: a Umbanda possui aversão pelo exercício do mal, e inclusive, cuida de pessoas que são vítimas do mesmo. É necessário mencionar que há um grande debate sobre a criação dessa religião: muitos afirmam que ela se originou quando o jovem Zélio de Moraes incorporou o Caboclo 7 Encruzilhadas e anunciou o nome e as bases que constituem a Umbanda. Mas, estudos e saberes ancestrais afirmam que essa religião existe desde o período da escravização negra, onde os escravizados faziam os seus próprios rituais adaptados que hoje - levando em conta a nomenclatura que é utilizada - podem ser considerados como giras. A Umbanda acredita em um Deus máximo e em

figuras que são denominadas como Orixás e/ou Exús. Ela também acredita na reencarnação e trabalha com espíritos falangeiros - isto é: espíritos que já viveram na Terra, cumpriram as suas missões, desencarnaram e passaram a trabalhar “sob o comando/ordem” de determinado Orixá e/ou Exú.

O Candomblé, por sua vez, segue em uma direção similar à Umbanda no que diz respeito ao credo de um Deus máximo e de figuras tidas como Orixás. Também acredita na prática reencarnatória, na exigência de se fazer preceito antes das giras e obrigações, na abominação do mal, na entrega de oferendas, dentre outros. No entanto, ambas religiões são divergentes em determinados aspectos: o primeiro item a ser citado é correspondente ao fato dos médiuns de Umbanda trabalharem com entidades falangeiras, enquanto os médiuns de Candomblé trabalham com a manifestação do próprio Orixá no médium - por isso, o preceito exigido pela iniciação do Candomblé simboliza o renascimento do médium. As sessões do Candomblé são marcadas por ritos, cantos e danças. Também se pode mencionar as funções, que se consistem em tarefas cujo significado espiritual reforça a organização e a comunidade dentro do Candomblé. Segundo Prandi (2001, p. 45):

“Num terreiro de candomblé, praticamente todos os membros da casa participam dos preparativos, sendo que muitos desempenham tarefas específicas de seus postos sacerdotais. Todos comem no terreiro, ali se banham e se vestem” (PRANDI, 2001, p.45)

Cada sessão é vista como uma oportunidade de celebração e conexão com os Orixás que ali estão presentes. Em muitas vezes, esses rituais incluem o preparo de oferendas com cuidado e respeito, escolhidas de acordo com os gostos e características de cada Orixá (prática que também é comum na Umbanda, mas conhecida como “obrigações”). Contrariamente ao que pessoas desinformadas enunciam sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, dentro dos ritos e dos fundamentos da Umbanda e do Candomblé não existe a prática do mal. Nascimento (2016, p. 92) expressa que o inferno e o diabo não existem nessa religião; também, que elas não afligem a vida do homem com pecados que devem ser purificados: ao contrário disso, ele afirma que tais religiões convidam o homem a sobrepujar as suas imperfeições com a combinação do seu esforço, o da comunidade e o dos Orixás. Esse fato evidencia e põe à análise uma importante questão: se umbandistas e candomblecistas são contra o exercício do mal, por que as pessoas

que não conhecem e não são adeptas a essas religiões têm medo e difundem ideais errôneos sobre elas?

A resposta para esse questionamento diz respeito à combinação de fatores históricos, culturais e sociais advindos da escravização negra, que moldaram a percepção pública sobre as religiões de matriz afro-brasileira. De acordo com Munanga (2019, p. 23):

“Na simbologia de cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nessa ordem de ideias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina.” (MUNANGA, 2019, p. 23)

Com o fragmento exposto, é correto afirmar que aos olhos de uma sociedade racista e preconceituosa, se o negro detém em sua pele uma cor que é atribuída ao pecado, então tudo o que é trazido por ele e está intrínseco em suas raízes é relacionado ao mal também. Isso ocorre com a Umbanda e o Candomblé, que são religiões de origem preta. Mas, é importante dizer que essa mesma estereotipação também ocorre com outros elementos da cultura negra, que são apagados, inferiorizados e marginalizados. Segundo Munanga (2019, p. 31):

“A evangelização prestou grandes serviços à colonização. Em vez de formar personalidades africanas livres, independentes, capazes de conceber uma nova ordem para a África, ela contribuiu eficazmente para destruir seus valores espirituais e culturais autênticos, com o pretexto de que eram pagãos. A sabedoria dos ancestrais foi considerada sinal de paganismo e primitividade. Os missionários executaram verdadeira caça aos feiticeiros, aos bruxos e aos artistas. Muitos objetos de arte e da cultura material foram confiscados pela força. Grande parte deles foi queimada, outra contribuiu para formar e enriquecer os grandes museus metropolitanos” (MUNANGA, 2019, p. 31)

Tal narrativa também foi sustentada pela tentativa de se mistificar a África para justificar as atrocidades cometidas durante a escravização, defendendo-se que esses povos eram carentes de cultura e civilização. Sobre isso, Nascimento (2016, p. 45) afirma que as pessoas “fingem ignorar a muralha de silêncio erguida pelos opressores em torno da história africana para que pudessem manipular sua própria e conveniente versão do continente “escuro, misterioso e selvagem”. A discriminação sempre foi um meio para assegurar o poder dominante.

Infelizmente, o fenômeno da “Intolerância” se faz presente na contemporaneidade por causa da manutenção e da disseminação de ideais eurocêntricos e etnocêntricos, que advieram do período da escravização. Segundo Nogueira (2020, p. 21):

A expressão “intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas.” (NOGUEIRA, 2020, p. 21)

No entanto, a “Intolerância” dirigida às religiões de matriz afro-brasileiras não ocorre por apenas uma questão de liberdade e divergência de crença: a demonização dessas religiões ocorre em virtude das suas origens, e das origens étnicas dos seus “fundadores”. Nogueira (2020, p 29) exprime que:

“As ações que dão corpo à intolerância religiosa no Brasil empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência. São tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítico-africana milenar que fala sobre modos de ser, de resistir e de lutar.” (NOGUEIRA, 2020, p. 29)

Por isso, devido à intersecção existente entre a “Intolerância Religiosa” e as relações Étnico-Raciais brasileiras, o termo correto para se dirigir à violência e à perseguição das religiões de matriz afro-brasileiras é “Racismo Religioso”, pois este consegue apresentar e dimensionar a existência do racismo em toda a história do Brasil. De acordo com Nogueira (2020, p. 47):

“O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais.” (NOGUEIRA, 2020, p. 47)

A utilização do termo “Intolerância Religiosa” não é capaz de apontar o racismo como o principal motivo de perseguição às religiões de matriz afro-brasileiras, nem de mensurar o grau das inúmeras violências que são sofridas por povos de terreiro. Ele invisibiliza e diminui a complexidade desse fenômeno. Pode-se exemplificar essa afirmação com uma prática realizada por algumas vertentes da Umbanda e do Candomblé: a imolação. A imolação é um ato sagrado e de conexão com o divino, onde se busca oferecer a energia vital do animal às divindades cultuadas pelas religiões de matriz afro-brasileira,

fortalecendo a conexão espiritual existente entre o humano, o divino e a natureza. O ritual é realizado com respeito e não pode haver o sofrimento do animal que será imolado. A imolação representa um ciclo de renovação e equilíbrio, onde nada é desperdiçado: a carne, por exemplo, é compartilhada para ser comida. O sacrifício realizado pelas religiões de matriz afro-brasileiras é visto, aos olhos de uma sociedade preconceituosa (e racista), como algo “obscuro”, “cruel” e “desumano”. No entanto, essas denominações pejorativas não são atribuídas a outras religiões que realizam a mesma prática de imolar, como o Judaísmo (com o Kosher) e o Islamismo (com o Halal). Essa diferença de tratamento evidencia o racismo que é direcionado às religiões de matriz afro-brasileiras, onde são reforçados os estereótipos negativos e a demonização atribuídos a elas.

O Racismo Religioso se agrava na sociedade hodierna porque detentores de poder legitimam esse discurso, juntamente com ideais etnocêntricos. Sobre a história da homologação das religiões afro-brasileiras, Rocha (2023, p. 20) descreve:

“O artigo 176 do código criminal de 1830, por exemplo, punia a celebração, a propaganda e o culto de outras religiões (BRASIL, 1886). O código penal de 1890 também criou mecanismos legais para combater os chamados “feiticeiros” (BRASIL, 1890). Só a primeira Constituição da República, em 1891, torna o Estado laico e prevê a separação entre religião e poder político. A partir daí, a liberdade religiosa passou a ser defendida por lei, mas isso não impediu, na prática, a perseguição às tradições afro-brasileiras durante todo o século XX e até os dias atuais. Elas foram — e ainda são — alvo da Igreja católica e do Estado, que estigmatizou seus ritos e seus símbolos” (ROCHA, 2023, p. 20)

Ainda, segundo a autora (2023, p. 8) “nem o tempo, nem a tradição e nem o direito assegurado por lei, de livre manifestação religiosa, protegeu o terreiro de constantes ataques e violências”. Os fragmentos expostos evidenciam que, apesar das legislações brasileiras prescreverem avanços destinados aos povos de terreiros, a prática do dia a dia se difere da teoria. Crescentes são as violações de direitos e propriedades quando o assunto diz respeito às religiões de matriz afro-brasileiras. Adeptos dessas religiões são subjugados, agredidos, impedidos de ir e vir. Ao mesmo tempo, terreiros são invadidos, depredados e/ou queimados. O cenário que persiste na contemporaneidade é o de medo, mas, como essa conjuntura poderia ser mudada? Nesse sentido, a primeira questão indispensável a ser levantada na luta contra o Racismo Religioso se refere à Democratização do Conhecimento, capaz de subverter toda a demonização que é

atribuída às religiões de matriz afro-brasileiras por meio da desmistificação de determinadas práticas e conceitos. De acordo com González (1988, p. 73), a ideologia do branqueamento “é responsável por perpetuar e difundir, por meio de veículos de comunicação, que os valores ocidentais brancos são os únicos verdadeiros e universais”. Por isso, a Democratização do Conhecimento surge como uma importante aliada na luta contra o Racismo Religioso, já que a partir da educação, da sensibilização de pessoas e do acesso igualitário a informações verdadeiras, é possível desconstruir os preconceitos e os estereótipos (racistas e etnocêntricos) que sustentam o Racismo Religioso. Essa democratização intenciona a acessibilidade, a sapiência e o compartilhamento de histórias, tradições e valores das religiões afro-brasileiras; também promovendo os ideais de respeito, empatia e valorização da diversidade religiosa e cultural. Para além das grandes mídias, famílias, escolas e instituições locais também devem exercer esse mesmo compromisso com a transmissão do saber. Sobre isso, Nogueira (2020, p. 22) expressa:

“Ninguém é naturalmente preconceituoso. Toda forma de preconceito emerge de uma postura social, histórica e cultural que pretende, a um só tempo, segregar para dominar e, proporcionalmente, determinar e manter um padrão, marcadores de prestígio e de poder.” (NOGUEIRA, 2020, p. 22)

Outro ponto fundamental que pode ser destacado diz respeito à criação de um Indicador Social que meça os casos de Racismo Religioso no Brasil com seriedade e exatidão. Os Indicadores Sociais são ferramentas essenciais para compreender e mensurar os diferentes aspectos de uma sociedade. Eles fornecem métricas para avaliar e analisar determinados fenômenos sociais, como: saúde, educação, desigualdade econômica e questões raciais. Entretanto, quando se trata de medir especificamente o Racismo Religioso no Brasil, a obtenção de números precisos se torna um desafio: isso ocorre pela inexistência de um indicador específico que meça esses casos. Essa ausência revela uma percepção de que tratar esse tema não é algo essencial e prioritário, reforçando toda a estigmatização e invisibilidade sofridas por povos de terreiro, cujas violações sofridas são minimizadas e tratadas com descaso pelo próprio sistema. Isso está atrelado a um outro tópico pertinente para esse debate: subnotificação de casos de Racismo Religioso. A denúncia desses casos não é feita de maneira correta porque não

há um único canal destinado à coleta das violências sofridas por povos de terreiro. No entanto, igualmente relevante é o fato de que milhares de pessoas sentem medo e desesperança ao fazerem uma denúncia por sofrerem Racismo Religioso, tanto por não se sentirem acolhidas, quanto por não serem tratadas com seriedade. Suas dores são inferiorizadas e, por muitas vezes, as vítimas voltam para as suas casas desmotivadas e convencidas de que as violações que sofreram “não são nada, são bobas”. Essa realidade revela o despreparo de profissionais que deveriam oferecer um suporte adequado às vítimas, buscando sempre proporcionar um ambiente acolhedor para lhes incentivar a denunciar; mas, carecem de princípios básicos para lidarem com essas violências de forma sensível e eficiente. Segundo Rocha (2023, p. 30):

“Em um país como o Brasil, que defendeu por décadas – e ainda defende - a democracia racial, existe a dificuldade, ainda hoje, de tipificar os casos de racismo e conduzi-los com a devida responsabilidade. Assim, consolidar o conceito de racismo religioso é um primeiro passo na garantia de que as políticas públicas e práticas legislativas de defesa dessas populações não sejam pífias.” (ROCHA, 2023, p. 30)

Posto isso, é possível concluir que o incentivo à denúncia e a correta tipificação dos casos de Racismo Religioso são fundamentais para responsabilizar os atos e as violações racistas, bem como elucidar o grau da violência sofrida por povos de terreiro. Uma dúvida recorrente na denúncia desses casos corresponde à atribuição da palavra Racismo - do conceito “Racismo Religioso” - a pessoas brancas. Sobre isso, Rocha (2023, p. 25) manifesta:

“Como dizer que uma pessoa não negra, adepta das religiosidades de matriz africana sofre “racismo religioso”? De acordo com a argumentação já exposta, às agressões, as perseguições sofridas por pessoas brancas de terreiro, são o resultado de carregarem no seu corpo insígnias e ornamentos de origem negro africana: O processo de inferiorização, subalternização, apagamento e aniquilação de um sistema cultural civilizatório negroafricano amalgamado nas religiões de matriz africana; a supressão de uma forma de existencialidade de um povo.” (ROCHA, 2023, p. 25)

Infere-se, com esse fragmento, que uma pessoa branca jamais sofreria Racismo. Mas, quando se trata do Racismo Religioso, essa violência atinge todos que estão ligados a um sistema cultural negro-africano, independentemente da cor de sua pele. O preconceito e a violência estão, neste caso, enraizados no processo histórico de tentativa

de apagar e aniquilar as religiões e culturas de matriz africana; não em uma cor de pele historicamente dominante, que não carrega nenhum sofrimento consigo.

Pessoas negras sempre fizeram parte de setores historicamente perseguidos e marginalizados pela sociedade. Fernandes (1972, p. 15) afirma que “O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como igual”, portanto, quaisquer demonizações e discriminações feitas a esse grupo são formas de Racismo. A sociedade que ainda defende a Democracia Racial no Brasil é a mesma que age contra às reivindicações dos direitos dos negros, inferiorizando e tratando as suas demandas com descaso. Isso abre margem para uma interpretação de tentativa de controle da informação, como mencionado por Nascimento (2016, p. 70), onde há a omissão e a dificuldade na coleta e no compartilhamento de dados e registros que poderiam auxiliar pessoas negras que estão em busca por justiça e dignidade, principalmente se considerado o âmbito religioso, que não possui indicadores sociais e canais de denúncias específicos para tratar dessa Questão Social. Negam a autodefinição e a autodefesa de pessoas negras porque, para o Estado, se o negro compreender a sua verdadeira situação, ameaçará a ordem social. Por esse motivo, a verdadeira Democracia Racial nunca será alcançada.

Um outro conceito que remete a um ideal contraditório é o de Tolerância Religiosa. De acordo com Nogueira (2020, p. 30): “Tolerância é um termo que vem do latim *tolerare* e significa “suportar” ou “aceitar”. A tolerância é o ato de agir com condescendência e aceitação perante algo que não se quer ou que não se pode impedir”. A utilização da expressão Tolerância Religiosa remete à passividade, onde um sujeito não possui interesse genuíno para compreender, ou sequer conhecer o que está diante de si. A pessoa que apenas tolera não busca respeitar determinada causa e “lida” com ela por obrigatoriedade. O movimento de tolerar não deve ser célebre, pois no fundo, acaba por estigmatizar o lado da balança que é menos aceito pela sociedade. Por mais que a tolerância seja vista como uma virtude, ela não consegue lidar com as desigualdades que se perpetuam na sociedade, não é suficiente. Ao invés de promover sentimentos de aceitação e respeito mútuo, a tolerância reforça certas relações de poder e exclusão. Pode-se dizer que essa palavra se alinha a outros discursos, como o mito da democracia

racial e da suposta igualdade universal entre todos os brasileiros. Sobre isso, Nogueira (2020, p 31) expressa:

“Em certa medida, a tolerância religiosa não é diferente do “mito da democracia racial”, da “cordialidade brasileira”, do mito que diz que “somos todos iguais” e do mito que diz que “Deus é um só e somos todos filhos do mesmo Deus”. A própria tolerância nega todos estes mitos, pois, se de fato fôssemos todos iguais social, histórica, econômica e culturalmente, ninguém precisaria se tolerar.” (NOGUEIRA, 2020, p 31)

Em suma, deter medo de religiões afro-brasileiras - que não praticam o mal e não oferecem reais chances de perigo - é uma forma de desrespeito à luta e memória dos ancestrais que tanto lutaram para a sobrevivência dessas religiões. Isso se configura como Racismo, e neste caso, o Racismo é Religioso.

2.2 - ENTRE RELATOS E AXÉ: DESMISTIFICANDO AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRAS

2.2.1 - Vozes Potentes: A Visão Da Juventude Sobre O Candomblé E A Umbanda

Este subitem trará vivências e mostrará como a religiosidade de matriz afro-brasileira é vista por alguns de seus membros, que são integrantes do Projeto Potência Jovem. Cumprir os três níveis de estágio obrigatório nesse projeto me proporcionou desenvolver escuta ativa e sensibilidade para compreender e descrever as histórias contadas, além de ampliar a minha reflexão sobre o Racismo Religioso, que infelizmente é invisibilizado. Evidencia-se que os relatos coletados advêm de registros tidos em meu diário de campo, sendo frutos de um encontro expositivo do Projeto Potência Jovem que buscou abordar sobre a religiosidade dos jovens. Também é importante mencionar que, ao longo da exposição, far-se-á breves considerações acerca das minhas impressões sobre o apresentado. As histórias narradas foram organizadas em quadros, cujos títulos correspondem a sentimentos escolhidos pelos jovens para expressar o que a Umbanda e o Candomblé lhes proporcionam, seja como membros ou simpatizantes dessas religiões. Para preservar a identidade dos jovens, nomes fictícios foram elaborados e atribuídos a eles de acordo com o nome de Erês que trabalham na linhagem dos seus

chefes de cabeça. Como dados importantes para recorte, julguei necessário mencionar a doutrina que o jovem frequenta, a sua idade, o seu gênero, o seu pertencimento étnico-racial e algum adjetivo que lhe descreve. O debate intencionou a troca de experiências, portanto, as perguntas responsáveis por construir o debate foram: 1) qual foi o momento mais significativo que você vivenciou na Umbanda ou Candomblé?; 2) desde que você entrou para a religião, algo na sua vida mudou?; 3) você já teve alguma história emocionante com alguma entidade?; 4) você já enfrentou Racismo Religioso por ser da Umbanda ou Candomblé? Se sim, como lidou com essa situação e o que a religião te ensinou nesse processo?

Quadro 1: A cura.

Flechinha de Oxóssi, 18 anos. Participante do Projeto Potência Jovem, negra e vaidosa. Demonstrou certo receio de expor a sua vivência, mas depois se sentiu um pouco mais confortável com a discussão - no entanto, não de maneira total.

Flechinha, que segue o Candomblé, disse que o momento mais significativo de sua vida espiritual foi o dia de sua feitura. Ela, que realizou a sua feitura aos 6 anos de idade por questões relacionadas à sua saúde, disse não se arrepender disso. Flechinha expressou que a sua melhora foi notória, e que ela nunca mais apresentou o quadro clínico que tinha antes de sua feitura. Ao longo da conversa, foi mencionado que o seu Pai de Cabeça é Oxóssi e que ela estava afastada da religião há algum tempo. Mas, evidenciou que o seu retorno ocorreu no presente.

Quando perguntado se Flechinha tinha alguma história emocionante com alguma entidade, ela manifestou uma profunda ligação com Oxum. Flechinha expôs que o seu santo Oxóssi está “enquizado”, e que quando voltou a frequentar o seu barracão, foi escolhida e acolhida por Oxum. Ela descreveu esse momento como “muito emocionante”, já que Oxum a fez se sentir bem de novo consigo mesma.

Flechinha não expressou que já sofreu algum caso de Racismo Religioso, mas disse que sempre se preveniu quanto a isso. Dentre os exemplos que citou, está o fato de nunca andar de branco, por mais que reconheça que essas vestimentas representam a religião que salvou a sua vida.

Embora a *Constituição Federal do Brasil* e o *Estatuto da Juventude* “asseguem” a laicidade do Estado e o livre exercício religioso, jovens como Flechinha tendem à restrição por medo. É lamentável que Flechinha tenha que esconder a sua religião, que salvou a sua vida, para prevenir a sua integridade física e moral. Todo cenário que envolve o Racismo Religioso é revoltante. Oxóssi curou e salvou a vida de sua filha, e esse ato precisaria poder ser reconhecido e compreendido pela sociedade sem representar violência de qualquer forma.

Quadro 2: A proteção.

Vulcãozinho de Xangô, 16 anos. Participante do Projeto Potência Jovem, negra e responsável. Integrante do Candomblé, mas já foi da Umbanda. Desde o início do debate, mostrou-se serena e confortável com as perguntas que lhe foram feitas.

A jovem expressou que dois momentos marcaram a sua vida espiritual. Ela disse que dentro do ritual da Umbanda, o seu batizado foi um acontecimento que ficará marcado para sempre em sua memória. Dentro do ritual de Candomblé, ela mencionou que o momento mais especial vivido por ela corresponde à sua feitura. Vulcãozinho expôs que “bolou no santo” (isto é, uma confirmação em público de que o Orixá quer a iniciação/feitura de seu filho) quando estava na escola. Xangô é o seu Pai e Orixá de frente.

Vulcãozinho contou que a partir da data de sua feitura, renasceu e aprendeu o verdadeiro valor das coisas. Quando perguntado se ela tinha alguma história emocionante com alguma entidade, foi mencionado um profundo carinho e laço com Oxum e Oxumarê. Segundo as palavras da jovem, Oxum mudou tudo na sua vida e Oxumarê é o dono de sua vida. Oxum atua como uma mãe que acolhe e transforma, enquanto Oxumarê lhe traz calma e atende aos seus pedidos. No entanto, após a sua fala, uma outra história foi mencionada. Uma história que me impactou profundamente, porque lembrei das diversas vezes que a minha Criança, Mariazinha da Cachoeira, me “valeu”. Vulcãozinho disse que em uma noite, um homem mal-intencionado a seguiu, objetivando violentá-la sexualmente. No entanto, ao se aproximar dela, o homem enxergou o seu Erê Vulcão e se assustou. Ele a orientou e lhe cobriu com a sua proteção. A jovem narrou que sofreu Racismo Religioso quando uma moça lhe designou palavras impositivas sobre Deus, mas disse que essa situação serviu como um combustível para reconhecer o seu amor pela religião.

Vulcãozinho representa ser uma voz da resistência quando utiliza do Racismo Religioso sofrido para amar ainda mais a sua religião. Amar o Candomblé em meio a um cenário hostil é um ato de resistência. As comunidades de terreiro instituem formas de sociabilidade e família ampliada que promovem a saúde, o cuidado e a proteção da comunidade. Segundo Rocha (2023, p. 27):

“No auge da pandemia de Covid-19, os terreiros precisaram se adaptar às orientações e medidas sanitárias impostas, para proteger seus/suas adeptos/as e consulentes. E também se movimentaram para contribuir com as comunidades que integram, mantendo a tradição de serem espaços de acolhimento e referência para o seu entorno. Diversas casas atuaram de forma direta na garantia da sobrevivência do povo negro favelado, periférico e trabalhador, profundamente afetado pela crise sanitária, econômica e social que assolou o país. Diversas iniciativas foram realizadas para garantia de promoção de saúde e sustentabilidade, acesso a cesta básica, saneamento básico, cuidados com o corpo físico e com o emocional/psicológico, do ponto de vista social e espiritual”. (ROCHA, 2023, p. 27)

Esse fragmento evidencia a forma como os terreiros passaram a se tornar espaços políticos, que em muitas vezes, promovem a assistência que o Estado não consegue garantir à população. Um outro exemplo dessa atuação pode ser observado nas políticas

de combate à violência contra a mulher, que é tão negligente em nossa sociedade. As comunidades de terreiro, neste caso, atuam oferecendo orientações, acolhimento e assistência psicológica às vítimas.

Quadro 3: A re-nova-ção.

Machadinho de Xangô, 17 anos. Participante do Projeto Potência Jovem, negro e engraçado. Membro de Umbanda Traçada. Deu uma leve cochilada no início da aula e aparentava estar com sono durante essa discussão, mas se dispôs a participar e contribuir com a mesma.

O jovem disse que o momento que mais o marcou, dentro de sua religião, corresponde ao dia que ele entrou para a corrente (isto é, quando começou a se desenvolver como médium). Ele mencionou que a partir dessa data, mudou o seu jeito de ser e passou a viver um novo ciclo, de maneira diferente do que vivia antes. A religião é vista por ele como um impulsionador de mudanças positivas em sua vida, e um espaço de entrega e manutenção de um amor que vem de família (a família dele também é praticante dessa religião).

Machadinho relatou que ainda não teve nenhuma história emocionante envolvendo alguma entidade, mas expressa a sua sincera gratidão ao Exú 7 Encruzilhadas e à Pombogira Menina, por terem o incentivado a entrar para a religião. Machadinho expressou que já sofreu Racismo Religioso na escola, enquanto usava uma guia de braço de Exú. Um aluno lhe disse que aquilo era do diabo, mas ele disse que não deu importância a isso.

A história de Machadinho nos possibilita sentir o amor e a gratidão que ele sente por sua religião e pelos Exús guardiões de sua casa espiritual. O relato representa toda a renovação que aconteceu em sua vida após assumir esse compromisso com a espiritualidade. No entanto, embora as religiões de matriz afro-brasileira tenham bons princípios e práticas, infelizmente jovens como Machadinho estão suscetíveis a sofrerem Racismo Religioso. Essa vulnerabilidade se torna ainda maior quando algo remete e envolve Exú, figura que frequentemente é alvo de preconceito e demonização. De acordo com Prandi (2001, p. 51-52), sem dúvidas isso ocorre por causa do

“processo de cristianização de Oxalá e outros orixás que em purrou Exu para o domínio do inferno ca tólico, como um contraponto requerido pelo molde sincrético. Pois, ao se ajustar a religião dos orixás ao modelo da religião cristã, faltava evidentemente preencher o lado satânico do esquema deus-diabo, bem mal, salvação-perdição, céu-inferno, e quem melhor que Exu para o papel do demônio? Sua fama já não era das melhores (...) que não se ajusta aos modelos comuns de conduta, e seu caráter não acomodado, autônomo e embusteiro já faziam dele um ser contraventor, desviante e marginal, como o diabo.” (PRANDI, 2001, p. 51-52)

Por isso, relatos como o de Machadinho possuem extrema importância para desmistificar e evidenciar a verdadeira face de Exú. Exú é nosso amigo, conselheiro e guardião. Exú cuida dos nossos caminhos e nos protege dos perigos da rua. Exú nos incentiva a nos tornarmos uma melhor versão de nós mesmos. Exú não deve ser associado ao mal, nem à figura de diabo reconhecida pelo cristianismo, até porque as religiões de matriz afro-brasileiras nem acreditam nessa figura.

Quadro 4: O pertencer.

Espelinho de Oxum, 17 anos. Participante do Projeto Potência Jovem, branca e com cabelos tingidos de vermelho. Integrante do Candomblé. Mostrou-se interessada e disposta a contribuir com o debate desde o início.

A jovem mencionou que o momento mais emocionante vivido por ela dentro da religião foi quando ela “virou” (isto é, incorporou) em sua Orixá Oxum. Ela informou que se sentiu muito bem e tranquila com isso. Foi expresso que a sua família também é dessa religião, e por isso, Espelinho considera que amadureceu quando redescobriu e persistiu no Candomblé sem a influência e a interferência dos mesmos.

Quando perguntado sobre alguma história emocionante com alguma entidade, Espelinho não se lembrou de nenhuma. Mas, relatou sobre outro momento encantador que pôde viver na religião. Ela proferiu que quando a sua avó faleceu, foi escolhida e teve o privilégio de herdar os seus santos. Esse lindo acontecimento mostra um dos principais pilares defendidos pelos ensinamentos e doutrinas do Candomblé: a hereditariedade e o culto aos ancestrais mais velhos.

A jovem manifestou que já sofreu Racismo Religioso na escola, quando não pôde falar abertamente sobre a sua religião. Ela reconhece que houve uma tentativa de silenciamento, mas disse que as suas entidades a ampararam.

O relato de Espelinho traz consigo uma característica muito bonita e presente nas religiões de matriz afro-brasileiras: a hereditariedade. Observar que o amor pela religião transcende gerações é uma representação da memória e preservação da ancestralidade, bem como dos ensinamentos dos antepassados, cuja luta pela preservação da cultura possibilitaram a permanência da vida e formas de cuidado. A narrativa também destaca o importante papel que as escolas precisam desempenhar na luta contra o Racismo Religioso. Pereira e Miranda (2017, p. 117) afirmam:

“Resta-nos confirmar que o fundamento da ação docente em contexto de laicidade não é, como se supõe, a neutralidade, muito menos a omissão e o silenciamento face à intolerância religiosa ou a toda a sorte de intolerâncias e preconceitos. É, fundamentalmente, o posicionamento aberto face às diferenças, à promoção das interações inter-religiosas e simbólicas com vistas ao respeito e à mútua escuta e descoberta e o compromisso com a superação da

discriminação do sujeito por sua orientação religiosa ou agnóstica” (PEREIRA; MIRANDA, 2017, p. 117)

Deste modo, é possível inferir que a superação de preconceitos e intolerâncias deve ser um compromisso ético e pedagógico do sistema educacional, que deve garantir aos seus alunos um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. O silenciamento jamais será a solução.

Quadro 5: O livramento.

Folhinha de Oxóssi, 16 anos. Participante do Projeto Potência Jovem, pardo e com temperamento difícil. Frequenta sessões de Umbanda Traçada. Antes do dia dessa discussão, Folhinha já havia me procurado para sanar algumas dúvidas que tinha sobre a Umbanda e o Candomblé. Acredito que, também por causa disso, ele se dispôs a contribuir com o debate.

O jovem expressou que o momento mais significativo da sua vida espiritual foi quando uma entidade apareceu em sua vida e tudo mudou. Essa entidade é um Caboclo, e a partir desse encontro, a ansiedade que habitava a sua vida cessou. Ele também relatou que passou a ter mais autoestima e que novas oportunidades surgiram em sua vida, principalmente na área profissional.

Folhinha mencionou que viveu uma importante história com o Malandro que o acompanha. O jovem trouxe para o debate que já passou por uma situação de quase morte por se envolver com pessoas erradas e sofrer ameaças dos bandidos de sua comunidade. Ele ficou assustado com o ocorrido e disse que na mesma época dizia para os outros que não gostava de uma entidade denominada “Malandro”. No entanto, em determinado dia de gira, quando ninguém sabia do que tinha lhe acontecido, foi revelado à Folhinha que o mal não lhe alcançou porque o Malandro que lhe acompanha não permitiu que nada de ruim lhe acontecesse. Desde então, o jovem mudou a sua visão sobre a religião e as suas entidades, e não deixou de expressar a sua sincera gratidão à Malandragem.

Ele exprimiu que nunca sofreu Racismo Religioso. Mas, reconhece que talvez não tenha sofrido essa violência por não ser um membro assíduo de uma religião de matriz afro-brasileira, além do fato dele não explicitar sobre a sua fé.

O relato de Folhinha, além de forte, expõe que nunca é tarde para mudar a sua visão sobre algo, principalmente quando a sua interpretação é racista e estigmatizada. Folhinha é filho de Oxóssi, Orixá que representa a falange dos Caboclos. Segundo Simas e Rufino (2019, p. 9):

“Caboclos é o termo que designa aqueles que dobraram a morte através do encanto. Índio é invenção de kara’iwa, caboclo é morador da mata, come folha, se banha na areia e se veste de samambaia. Caboclo é rei, rainha, princesa, marinheiro, menino, pé de cana, capoeira, montador de vento, sereia de água doce, orixá brasileiro. Caboclo é aquilo que quiser ser, porque inventou a vida para além do desvio. Caboclo é o destruidor dos parâmetros da em- presa de desencanto. É a magia que afirma a vida sob a civilidade de um mundo morto.”. (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 9)

Além de contar com o encantamento dessa figura para a sua proteção, Folhinha também carrega um Malandro, entidade cujos arquétipos escapam da normatividade e da tentativa de controle de corpos imposta pela colonização. Simas (2021, p. 37) afirma:

“Eles trazem em seus corpos o grande signo da malandragem, a capacidade de se adaptar aos espaços do precário, e acabam subvertendo estes próprios espaços ao praticá-los como terreiros de saberes encantados, sacralizando o mundano e profanando o sagrado. São os corpos de Pelintras e Padilhas, em interação fantástica com seus cavalos de santo, que operam na mais radical oposição ao projeto colonial. São, por isso mesmo, talhados para o exercício sublime da liberdade. É como tal que incomodam, desafiam e, sobretudo, amedrontam aos normatizados na lógica da contenção dos corpos ao insistir gargalhando na vida” (SIMAS, 2021, p. 37)

Nesse sentido, aponta-se que a cada gingado, a malandragem atua com a proteção dos seus médiuns, oferecendo-lhes orientações, segurança e a capacidade de adaptação em meio às adversidades da vida. Infelizmente, o Rio de Janeiro é uma cidade na qual a segurança pública é constantemente violada. A existência de estados paralelos dentro das comunidades cariocas e as guerras entre facções corroboram com essa afirmação, de modo que o verdadeiro Estado acaba por relegar as pessoas à própria sorte. Diante desse cenário violento, poder contar com a proteção emocional-espiritual das nossas entidades é fundamental e acalentador.

2.2.2 – Expressões Religiosas entre a Cultura e o Preconceito

Para contextualizar o debate que será feito a seguir, falar-se-á brevemente sobre o grande valor dos terreiros e suas práticas para a sociedade. Os terreiros são locais que preservam e valorizam os saberes ancestrais, sendo fundamentais também para a construção de identidades coletivas e individuais. De acordo com Nogueira (2020, p. 15):

“Uma CTTro é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re)existência. Um espaço político. Território de deuses e entidades espirituais pretas, por meio dos quais se busca a prática de uma religiosidade, a um só tempo terapêutica e sócio-histórico-cultural, que se volta para o continente africano, berço do mundo no Novo Mundo.” (NOGUEIRA, 2020, p. 15)

As Comunidades de Terreiro representam espaços de reafirmação e acolhimento, sendo equiparadas também a agentes sociais. Essas comunidades atuam oferecendo orientação, proteção e assistência nas áreas de: saúde, alimentação, educação e

memória cultural. Em virtude disso, afirma-se que, em muitas vezes, os terreiros suprem a ausência do Estado com as suas ações desenvolvidas. Segundo Rocha (2023, p. 27):

“As casas de axé foram e são, em muitos casos, referências na busca por auxílio imediato na tentativa de mitigar os impactos da fome; da falta de itens de higiene, de gás de cozinha e de remédios; da violência; do desemprego; da falta de moradia, assim como suporte para o cuidado com as crianças e idosos (...) Na medida em que são espaços de administração de crises e conflitos, também são exemplos de cooperação, organização, afeto e alegria, mesmo em tempos de tanta vulnerabilidade, exposição e tristeza.” (ROCHA, 2023, p. 27)

As Comunidades de Terreiros funcionam como uma rede de apoio tanto para quem as integra, quanto para pessoas que compõem a comunidade local. Imersos nos fundamentos da Umbanda e do Candomblé, os banhos de ervas são sinônimos de saúde. As propriedades terapêuticas das ervas utilizadas, juntamente com a intencionalidade do ritual a ser feito, promovem o alívio de sintomas relacionados à saúde física e espiritual de determinado indivíduo, do mesmo modo que também pode atuar de forma preventiva. No entanto, os banhos de ervas são tão sagrados que transcendem à esfera da saúde, podendo ser utilizados para outros objetivos, como: abertura de caminhos, proteção espiritual, equilíbrio energético, dentre outros. Para as CTTro, a saúde mental é vista com a mesma importância da saúde física e espiritual: por isso, frisa-se que alguns terreiros contam com a disposição de profissionais capacitados (como Psicólogos e Assistentes Sociais) que oferecem suporte, assistência e tratamento à comunidade local. Iniciativas voltadas à segurança alimentar podem ser observadas com a criação de campanhas de arrecadação de alimentos dentro de inúmeros terreiros, que visam à distribuição de cestas básicas para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ainda mais quando ocorrem situações emergenciais de calamidade pública. Essa ação de partilha também ocorre em dias de grandes eventos e festividades, como o dia de Preto Velho, onde há a distribuição de uma deliciosa feijoada para a comunidade. Ainda sobre o âmbito de segurança alimentar, é importante mencionar que nos ritos do Candomblé, comumente há o preparo de comidas tradicionais, que são oferecidas e abençoadas pelos Orixás que ali estão: no término das sessões, esses alimentos são distribuídos para as pessoas presentes, que intencionam os seus pedidos e agradecimentos. Dentro do campo educacional, as CTTro desempenham um papel educativo quando transmitem os conhecimentos ancestrais adquiridos, incentivam à

valorização da cultura africana e reforçam os conceitos de solidariedade e respeito aos mais velhos. À vista disso, Rocha (2023, p. 32) exprime que

“As comunidades tradicionais de terreiro mostraram-se, assim, ao longo de décadas, não sem contradições, cisões e interferências, como territórios de acolhimento, de assistências psicoterapêutica e médica (ainda que sem as credenciais oficiais das instituições), de formação, de educação, de promoção de cultura e de saberes negados na escola, de elaboração de tecnologias criativas e elevação da autoestima deteriorada pela lógica racista, desigual, meritocrática e colonial” (ROCHA, 2023, p. 32)

Apesar de serem religiões estigmatizadas, diversos elementos religiosos da Umbanda e do Candomblé passaram a ser incorporados e presentes na cultura brasileira. Essa afirmação pode ser exemplificada com algumas ritualísticas que se tornaram populares na comemoração de Réveillon. De acordo com Simas (2015):

“O hábito carioca de se comemorar a virada na praia virou uma tradição mundialmente conhecida e influenciou várias cidades a fazer a mesma coisa. Nesses momentos é importante lembrar que devemos esse costume aos umbandistas, que durante muitos anos ocupavam sozinhos as areias para louvar Iemanjá.” (SIMAS, 2015, Site O Dia)

Umbandistas usavam roupas brancas, iluminavam as praias com velas, tocavam pontos em atabaques e faziam oferendas para louvar Iemanjá, a rainha do mar. Com o tempo, esse evento nas areias cariocas ganhou fastígio e, com isso, houve o silenciamento dos terreiros e sons de atabaques que ali estavam. Pontos cantados foram substituídos por shows musicais; a inclusão que antes era defendida foi substituída pela elitização da festa e do espaço. Embora essas mudanças tenham ocorrido, a parte encantada da celebração foi preservada e é propagada até nos dias atuais – pois afinal, quem não gostaria de adentrar no próximo ano já sendo abençoado? Pode-se citar a manutenção da utilização de roupas brancas neste dia como exemplo, que assim como o branco utilizado em roupas mediúnicas, possui o significado de pureza e a intencionalidade de se ter paz, harmonia e conexão com Oxalá. Também é possível mencionar costume de se adentrar no mar e pular 7 ondas para Iemanjá, tradição originária da umbanda na qual cada pulo representa um agradecimento e/ou pedido para o ano que chega.

Iemanjá é uma Orixá cujo dia de celebração corresponde a 2 de fevereiro. Nessa data, inúmeros fiéis se reúnem nas praias para fazerem agradecimentos e pedirem por

uma boa pescaria, comumente acompanhados por um Balaio⁴ com presentes para essa divindade. No ano de 2020, a Festa de Iemanjá passou a se tornar Patrimônio Cultural de Salvador, destacando a importância dessa celebração tanto no campo religioso, quanto cultural. Assim como o dia de Iemanjá, outros eventos religiosos afro-brasileiros também possuem popularidade. Quem nunca pegou, ou já viu alguém pegando, um saquinho de doce no mês de setembro? Segundo Oliveira (2018, p. 314):

“Desde pelo menos a primeira metade do século XX, todos os anos, no dia 27 de setembro, uma agitada festa religiosa toma as ruas do Rio de Janeiro. Crianças em grupos circulam pela cidade em busca de saquinhos de Cosme e Damião, em deslocamentos que, hoje, se concentram sobretudo nos subúrbios da cidade – o espaço privilegiado por este ensaio fotoetnográfico. Encontram, em seus caminhos, doadores de doces em portas de casas, prédios, garagens e vilas. Os descobrem circulando também em carros particulares, oferecendo saquinhos pelas janelas dos automóveis. Por vezes se deparam com mesas de aniversário, acompanhadas de uma decoração infantil que remete a personagens conhecidos por meio programas televisivos.” (OLIVEIRA, 2018, p. 314)

O trecho mencionado se refere à tradição de distribuição de saquinhos de doces no dia de Cosme e Damião. No entanto, apesar do fragmento citar o nome dos santos católicos, ainda sim é possível inferir a influência das religiões de matriz afro-brasileiras nesta data. O dia de Cosme e Damião é celebrado pelo Catolicismo no dia 26 de setembro, enquanto o dia 27 de setembro, por sua vez, é reconhecido por celebrar o dia de Ibejeda, que representa toda a falange das Crianças na Umbanda. Ambas as celebrações possuem a mesma prática de preparo e distribuição dos célebres saquinhos de doces com amor, proporcionando alegria e o sorriso de milhares de crianças.

A percepção das expressões religiosas afro-brasileiras como elementos culturais também pode ser observada no campo da culinária. Sobre isso, Ferreira, Rodrigues-Júnior e Silva exprimem:

“Trazer a comida, a bebida, o modo de fazer configurado nas narrativas sagradas, é uma forma de manter viva a tradição, uma vez que, na diáspora negra, o Candomblé se amalgamou aos hábitos e costumes culinários do Brasil, inserindo nesses hábitos temperos e combinações que constituem, hoje, a riqueza de alimentos e pratos que representa a comida afro-brasileira. O prazer da comida é sagrado, porque o orixá é sagrado; se os orixás se satisfazem com suas oferendas e garantem à humanidade a sua proteção, comer, na afrobrasilidade que nos fundamenta, é um ato de prazer e de fé.” (FERREIRA; RODRIGUES-JUNIOR; SILVA, 2022, p. 51)

⁴ Esse Balaio corresponde ao “Balaio de Iemanjá” – uma cesta que contém diversos objetos simbólicos e alimentos que são oferecidos a Iemanjá. Entre os itens mais comuns, estão flores, velas, perfumes, frutas, espelhos e produtos de beleza que são dispostos no mar como uma forma de agradecimento e pedido de bênçãos para essa divindade

Diante disso, alimentos que antes eram ligados aos rituais religiosos afro-brasileiros e oferecidos aos Orixás, hoje transcenderam as fronteiras dos terreiros e fazem parte da culinária tradicional do Brasil: gera-se, deste modo, uma forte conexão entre a cultura e a religiosidade. O preparo desses pratos são evidenciados em festividades populares, mas também podem ser vistos no cotidiano alimentar, sendo exemplos: vatapá, acarajé, amalá, caruru, dentre outros.

Para além de tudo isso, Simas (2021, p. 33) expressa a forte representação, e ilustração da figura dos Orixás e das demais entidades no carnaval, um dos maiores fenômenos culturais do Brasil. A homenagem a essas divindades é feita por escolas de samba e são exibidas em seus desfiles e sambas-enredo. Com isso, mantém-se viva a memória de um povo que, mesmo diante de adversidades históricas, conseguiu adaptar e reinventar a cultura popular. Simas (2021, p. 33-34) pontua:

“CARNAVAL DE 2013. A Portela se prepara para entrar na avenida. O enredo conta a história do bairro de Madureira. A bateria vem de Zé Pelintra, o malandro seminal (...) Naquela madrugada foram cantados dois pontos de Seu Zé. O primeiro fez referência ao fato de Zé Pelintra ter sido catimbozeiro no Nordeste, antes de baixar no Rio na linha da malandragem: “Ô Zé, quando vem de Alagoas/ Toma cuidado com o balanço da canoa/ Ô Zé, faça tudo que quiser/ Só não maltrate o coração dessa mulher.” O segundo ponto foi uma curimba, das mais cantadas em gira de malandro: “Se a Rádio Patrulha chegasse aqui agora/ Seria uma grande vitória/ Ninguém poderia correr/ Agora eu quero ver/ Quem é malandro não pode correr...” O que pouca gente sabe é que o segundo ponto de macumba que a Portela cantou – “Rádio Patrulha” – é originalmente um samba do mestre Silas de Oliveira, em parceria com Marcelino Ramos, J. Dias e Luizinho, gravado em 1956 por Heleninha Costa. Sucesso no carnaval daquele ano, o samba acabou incorporado às rodas das macumbas cariocas.” (SIMAS, 2021, p. 33-34)

O fragmento destacado também evidencia outra característica importante marcada pela interação entre a religiosidade afro-brasileira e a cultura popular, entrando-se no campo musical: sambas se tornam pontos de macumbas cantados em giras e, da mesma maneira, pontos de macumba comumente são cantados em sambas e pagodes. Essa troca simbólica é um exemplo de como o samba e tradições religiosas como o Candomblé e a Umbanda se entrelaçam na cultura brasileira. Por mais que não sejam reconhecidos por determinadas pessoas, os pontos cantados ganham vida nas rodas de samba, reafirmando as identidades afro-brasileiras.

Ao resistirem às perseguições e demonizações que sofrem, as CTTro contribuem e fomentam a luta pela igualdade, tornando-se também espaços políticos ao

reivindicarem os seus direitos. E, por mais que sofram com as mazelas de uma sociedade racista, os terreiros sempre difundiram os ideais de amor, empatia, respeito e partilha. Não há a condenação do homem dentro das religiões de matriz afro-brasileiras. De maneira contrária, elas o convidam a fazer uma reflexão profunda sobre o seu íntimo, suas ações e suas relações com os próximos, incentivando a sua transformação interna e evolução espiritual. O afrossentido (isto é: as raízes culturais e históricas de pessoas negras) intrínseco nas religiões de matriz afro-brasileiras não repudia, exclui e/ou abomina o que é diferente. Não há a demonização, nem a diminuição do outro e da sua escolha religiosa. Sobre isso, Nogueira (2020, p. 68) afirma:

“As CTTro estão diante de um sistema ético que desconhece o pecado. O crer não se estabelece por medo, culpa ou redenção. No mercado, todas as trocas são possíveis. Para nós, a orientação sexual nada tem a ver com caráter, pois desejo e amor entre seres humanos adultos e conscientes são veículos de produção de axé. O mesmo pode ser dito sobre identidade de gênero: em nossos cosmo-sentidos, cada um sabe quem é, pois quem diz quem somos não é nossa genitália, e sim Ori, nosso Eu divino-consciência-personalidade. A encruzilhada é sagrada, o corpo é sagrado, a criança é sagrada, o velho é sagrado, o erro é tão sagrado quanto o acerto, a morte é sempre simbólica e é igualmente sagrada. Para a epistemologia preta, o sagrado é um contínuo, portanto tudo é sagrado, exceto o mau-caratismo.” (NOGUEIRA, 2020, p. 68)

2.2.3 Mariazinha da Cachoeira: contribuições para pensar política de infância e juventude no combate ao racismo religioso no Brasil

De acordo com a mitologia Iorubá e saberes ancestrais dos mais velhos dos terreiros das macumbas brasileiras, Mariazinha era filha de um rico fazendeiro e adorava as suas bonecas de pano. Mariazinha gostava de usar vestidos com laços e fitas, sempre usando também um chapéu que combinasse com as cores das fitas do seu vestido. Em um fatídico dia, a Bá de Mariazinha foi ajudar o seu irmão Juquinha a descer de uma macieira: no entanto, ao mesmo tempo, o chapéu de Mariazinha foi levado pelo vento e caiu no rio. Mariazinha tentou correr para alcançar o seu chapéu, mas, também caiu no rio e foi levada pela correnteza até a queda de uma cachoeira, onde fez a sua passagem para o mundo espiritual. Sua Bá e Juquinha tentaram ajudá-la, porém, enquanto a Bá conseguiu se agarrar em galhos para se salvar, Juquinha teve o mesmo fim que a sua irmã. Quando os dois corpos foram encontrados às margens da cachoeira, impressionantemente estavam abraçados. O fazendeiro, com sede de vingança pela

morte dos filhos, resolveu punir a Bá retirando a vida de seu único filho: Luizinho. Como se tamanho sofrimento e culpa pela morte das três crianças não bastasse, a Bá ainda foi torturada no tronco, onde fez sua passagem para o mundo espiritual. Esse espírito se tornou uma entidade conhecida na umbanda, trabalhando na linhagem de Preto Velho e carregando o nome de Tia Maria.

De acordo com texto de Carraro e Rocha (2021, p. 30), podemos analisar que essa fatalidade ocorreu com a Bá de Marinha por causa de uma marca presente na formação do Estado brasileiro, correspondente à utilização “de violência e tortura sistemática como mecanismos de contenção da conflitualidade social imanente”. As autoras exprimem:

“Ausência e negação de valores, declaração como ser impermeável à ética, elemento corrosivo, componente da degradação moral, o mal absoluto. Seja no que se refere ao trato com a população originária ou com os povos escravizados na diáspora africana, tratou-se do uso de seu corpo para o trabalho extenuante, do açoite, do ferro e da tortura para disciplinar corpos rebeldes pela chibata, do estupro de mulheres negras e indígenas, do seu completo despojo”. (CARRARO; ROCHA, 2021, p. 31-32)

Embora a violência do Estado-Pelourinho - assim como as autoras denominam no texto - tenha sido arquitetada e difundida no período Colonial, infelizmente ela ainda se perpetua e objetiva no Estado Capitalista Dependente, sendo uma dessas formas as diversas tecnologias racistas que sempre se fazem presentes na sociedade brasileira, aqui chamamos a atenção para a dimensão do racismo religioso em sua dimensão de violência simbólica e também material.

As religiões afro-brasileiras, frequentemente chamadas de "macumbas" em contextos históricos pejorativos, possuem uma característica única de subverter as narrativas impostas pelo colonialismo e pela branquitude. Práticas espirituais, como o Candomblé e a Umbanda, nascem da resistência religiosa e cultural de povos africanos escravizados no Brasil. Essas religiosidades criaram espaços onde as tradições, saberes e valores ancestrais puderam ser preservados e ressignificados, trazendo consigo uma reconfiguração da história. As macumbas brasileiras desafiam as narrativas coloniais ao reinserirem o sagrado africano em um contexto no qual ele havia sido marginalizado. As macumbas brasileiras criam novas formas de existir, baseadas no afeto, na coletividade e na espiritualidade. Elas dão voz a espíritos e entidades que antes foram corpos subalternizados, estigmatizados, inferiorizados em mesas mediúnicas e/ou chão de

terreiro (pretos-velhos, caboclos, exus e crianças). Elas reconstróem significados quando colocam valor em figuras que representam cuidado, amor e proteção – e foram desvalorizadas ou pervertidas pela estrutura colonial.

Nesse sentido, acreditamos que Mariazinha e toda a falange de Ibejada carregam consigo uma mensagem de cuidado, esperança e amor da pureza das crianças, algo de valor civilizatório e ética afrorreferenciada, que é muito precioso e bonito, se fazendo presente no universo das crianças – valores que não podem ser esquecidos ou apagados por conta de um enredo de violência colonial. Do mesmo modo, a Bá de Mariazinha também representa um lugar de cuidado, o cuidado preto, função que lhe foi atribuída as mulheres negras escravizadas ao longo da história da escravização brasileira. Sobre esse papel, Gonzales (1984, p. 235) afirma que a mulher negra

“simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe”. (GONZALES, 1984, p. 235)

A epistemologia das Ibejadas e dos Erês⁵ é recheada de alegria, pureza, brincadeira e cuidado. Mais do que isso, a filosofia dos Erês nos ensina a importância da doçura e da leveza em meio as adversidades da vida, como uma forma de resistência. Em um mundo marcado pela dureza e pela violência, a brincadeira, o riso e o amor surgem como gestos transformadores e ressignificantes – algo que defendemos como um importante horizonte para pensar política para a infância e a juventude no Brasil, especialmente num cenário cada vez mais preocupante de avanço da desproteção de crianças e adolescentes conforme Garcia e Oliveira (2017), além do crescimento do poder ideo-político das igrejas que tem dominado os Conselhos Tutelares, de acordo com a reportagem do Jornal El Pais (Alessi, 2020).

As figuras infantis não apenas curam, mas nos lembram que a vida precisa ser encarada com esperança e com a capacidade de enxergarmos beleza até mesmo nas

⁵ Erê é um termo cujo significado representa “criança” em iorubá, referindo-se a entidades que trabalham como intermediárias entre os Orixás (Candomblé) e os humanos

situações mais difíceis. Essa é a situação da Erê Mariazinha da Cachoeira em minha vida, conforme apresentamos na introdução desse trabalho.

Ainda, cabe dizer que as Ibejadas e os Erês também desafiam as ideologias ocidentais, que valorizam mais o saber adulto. Remete-se à importância de se valorizar uma epistemologia que reconhece a brincadeira e a imaginação como ferramentas fundamentais para vivermos de uma forma leve e diferente. Essa epistemologia resgata a importância de proteger e nutrir a criança interior de dentro de cada um, evidenciando que a alegria é um direito de todos – especialmente das crianças e adolescentes, mas sim, de todos – além de uma necessidade espiritual.

Pensando-se no potencial político-pedagógico da intervenção profissional do Serviço Social, bem como na escrevivência da autora que compõe a metodologia do trabalho, cabe salientar que um recado da Mariazinha da Cachoeira indicou a importância de fazer um glossário sobre as religiões de matriz afro-brasileiras voltado para juventude, o qual foi criado e constará no anexo deste Trabalho de Conclusão de Curso. Objetiva-se, com ele, democratizar e informar - na perspectiva da salvaguarda dos direitos humanos - determinados questionamentos sobre essas religiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou aprofundar a reflexão sobre questões que estimulassem a construção de uma sociedade que destine maior atenção à juventude e às religiosidades de matriz afro-brasileiras. As reflexões apresentadas destacam, em primeiro lugar, a importância de se pensar em políticas públicas para a juventude que não apenas atendam às suas demandas imediatas, mas que também dialoguem com as suas realidades e potencialidades. Essas políticas precisam reconhecer e respeitar a diversidade existente entre os jovens, representando, deste modo, as suas verdadeiras necessidades. Outro ponto que merece destaque diz respeito ao enfrentamento do Racismo Religioso, que foi desenvolvido na escravização negra e adensado no período republicano. Reconhecer e tratar dessa violência como racismo é essencial para assegurar que as leis e as políticas públicas criadas para combatê-lo sejam aplicadas de maneira eficaz. O Racismo Religioso não deve ser tratado com menor gravidade: ele

carrega consigo a herança de um sistema colonial que ainda persiste na estrutura social brasileira, exprimindo a necessidade de todo esse cenário se reverter o quanto antes.

Diante disso, a importância da elaboração do glossário que está presente no anexo deste trabalho de conclusão de curso e da dimensão política-pedagógica do Serviço Social na democratização do acesso à informação são evidenciadas. Ao proporcionar uma desmistificação sobre as religiões de matriz afro-brasileiras, este estudo intenciona contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e menos preconceituosa. A educação e a ruptura com ideais etnocêntricos são ferramentas fundamentais na luta contra o Racismo Religioso e a desinformação. Ademais, acredita-se que é imprescindível dar voz às falas de pessoas que são constantemente marginalizadas e subjugadas pela sociedade. A escuta de vozes potentes é um dos passos essenciais para se superar desigualdades estruturais e construir um país mais democrático, com a valorização e a visibilidade das contribuições culturais, espirituais e sociais daqueles que frequentemente são silenciados.

Embora as religiões de matriz africana sejam frequentemente demonizadas, os seus elementos e práticas estão enraizados na cultura brasileira, seja na música, na culinária e/ou em credences populares. Isso revela o paradoxo existente quando se pensa na religiosidade afro-brasileira, se considerado a força dessas tradições e a necessidade de desconstruir os estigmas que as cercam. As religiosidades afro-brasileiras são religiões que acreditam e estimulam a evolução espiritual de seus adeptos, convidando cada indivíduo a buscar o seu pleno desenvolvimento e melhoria como pessoa. Além disso, essas tradições desempenham um papel fundamental no cuidado humano e na preservação de saberes ancestrais, transmitindo conhecimentos que atravessam gerações e são essenciais para o mantimento da identidade cultural africana. Mais do que somente práticas religiosas, essas religiões também são vistas e consideradas como importantes redes de apoio comunitário, já que oferecem assistência social, espiritual e emocional às suas comunidades. É importante evidenciar que, em muitas vezes, essas iniciativas preenchem as lacunas deixadas pelo próprio Estado, reforçando-se a força e o compromisso das CTTro com o bem-estar coletivo.

Ao explorar a filosofia dos Erês e a força ancestral da Bá, vemos como as macumbas brasileiras não apenas ressignificam narrativas históricas, mas também

oferecem novos caminhos para o presente. O cuidado, a alegria e a coletividade tornam-se pilares de uma existência que desafia a desumanização e a fragmentação impostas pela colonialidade e pela atual sociedade que vem adensando a desproteção e o positivismo da infância e adolescência. As Ibejadas e os Erês, com sua doçura e alegria contagiante; e a Bà, com sua proteção amorosa e inabalável, ensinam que a resistência não precisa ser sempre um ato de confronto. Ela também pode ser um convite à vida plena, onde brincar, amar e cuidar sejam práticas cotidianas de transformação, sendo esse um importante ensinamento das macumbas brasileiras que deveria ser incorporado para pensar políticas para juventude no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Igrejas evangélicas neopentecostais dominam conselhos tutelares em São Paulo e no Rio. **Site El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-15/igrejas-evangelicas-neopentecostais-dominam-conselhos-tutelares-em-sao-paulo-e-no-rio.html>. Acesso em: 03/12/2024.

LBUQUERQUE, Wlamyra de; FRAGA, Walter Filho. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Aluno é barrado em escola municipal do Rio por usar guias do candomblé. **G1 Rio**, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/aluno-e-barrado-em-escola-municipal-do-rio-por-usar-guias-do-candomble.html>. Acesso em: 02/10/2024

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de outubro de 1927.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º de julho de 2005.

BRASIL. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 02/10/2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Decenal 2016-2026. **II Plano Decenal de Assistência Social – Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. **Plano Nacional da Juventude**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/jovens/plano-nacional-da-juventude>. Acesso em: 11/11/2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 138, de 2003**. Altera a Constituição Federal, para dispor sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude. Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=129219#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20dos,do%20Jovem%20e%20do%20Idoso%22>. Acesso em: 11/11/2024.

CARELI, Marcia Regina Padrini. **A história da Umbanda: ritos e rituais**. [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/696/MARCIA%20REGINA%20PADRINI%20CARELI.pdf>. Acesso em: 30/11/2024.

CARRARO, Dilceane. ROCHA, Mirella. O Estado na formação social brasileira: violência como método de construção das relações sociais. In: *Políticas públicas, desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença*. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/6056>. Acesso em: 01/12/2024.

COSTA, J. V. da; GUINDANI, M. K. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do Assistente Social. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa - PR, Brasil, v. 12, n. 2, p. 265–278, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/3404>. Acesso em: 29/11/2024.

DAYRELL, J.T. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty>. Acesso em: 04/11/2024

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** vol. 1: (o legado da “raça branca”). 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Amauri; RODRIGUES-JÚNIOR, Adail; DA SILVA, Sidney. A comida sagrada na morada dos orixás. In: *Revista Calundu*, Vol.6, N.1, Jan-Jun 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/83790236/A_COMIDA_SAGRADA_NA_MORADA_DOS_ORIX%C3%81S. Acesso em: 01/11/2024.

G1. Jovem denuncia racismo religioso de colega que disse que pessoas do candomblé são ‘almas perdidas nas trevas’. Bahia, 05/11/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/11/05/jovem-denuncia-racismo-religioso-de-colega-que-disse-que-pessoas-do-candomble-sao-almas-perdidas-nas-trevas.ghtml>. Acesso em: 10/11/2024.

GARCIA, Joana; OLIVEIRA, Camila. Aspectos da (des)proteção de crianças e adolescentes no Brasil uma leitura sobre as demandas dirigidas aos Conselhos Tutelares. *Revista SER Social*, Brasília, v. 19, n. 40, p. 146-167, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14676. Acesso em: 29/11/2024

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 01/12/2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-81. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/download/e33350/e33350/128181>. Acesso em: 22/10/2024

Instituto da Providência, 2017. Disponível em: <https://www.institutodaprovidencia.org.br>. Acesso em: 15/10/2024.

LOPES, R.E.; SILVA, C.R.; MALFITANO, A.P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.23, p.114-130, set. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4933/art08_23.pdf. Acesso em 15/11/2024.

Magalhães, J. E. P. Juventude, trabalho e educação: as políticas de qualificação, trabalho e renda nos governos de Lula da Silva. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdciv.2021.55296>. Acesso em: 03/10/2024.

Marx, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDINA, Gabriel. A 3ª Conferência Nacional de Juventude: mais liberdades e democracia. **Juventude**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conferencias/1328-conferencia-nacional-de-juventude-liberdade-democracia>. Acesso em: 29/11/2024.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa**, 1934.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Jailson; OLIVEIRA, Ramon. Crianças e adolescentes: de meros objetos de intervenção a sujeitos de direitos e deveres. *C&D-Revista Eletrônica da FAINOR*, Vitória da Conquista, v. 12, n. 1, p. 53-74, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331623867>. Acesso em: 29/11/2024.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, Thiago. Uma festa nos subúrbios cariocas: pessoas e coisas em torno de Cosme e Damião. *Revista Gis – gesto, imagem e som*, São Paulo, v.3, n.1, julho 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/142529>. Acesso em 01/11/2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. **Assembleia Geral**, 1965. Disponível em: <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-jovenspaz.pdf>. Acesso em: 06/11/2024.

PASTORE, José. O emprego do futuro. *Revista Onda Jovem*, Instituto Votorantim, ano I – Número 2 – Julho. 2005.

PEREIRA, Júnia; MIRANDA, Sônia. Laicização e Intolerância Religiosa: desafios para a História ensinada. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 99-120, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/M46XptpRLGTJSvmfYG4hTDn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/12/2024

PORTUGAL. **Decreto de Lisboa**. Lisboa: Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, 1998.

PRANDI, Reginaldo. Exú, de mensageiro a diabo: sincretismo católico e demonização do orixá Exú. In: *Revista USP, São Paulo*, n.50, p. 46-63, junho/agosto 2001. Disponível em: https://reginaldoprandi.fflch.usp.br/sites/reginaldoprandi.fflch.usp.br/files/inlinefiles/Exu_de_mensageiro_a_diabo.pdf. Acesso em: 01/12/2024

PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 43-58, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BZgDYKY47Nn3gdPDwRTzCLf/>. Acesso em 01/12/2024.

RIOS, Alan; DUTRA, Francisco. Mãe de vítima de racismo religioso desabafa: “Impedida de estudar”. **Site Metrópoles**, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mae-de-vitima-de-racismo-religioso-desabafa-impedida-de-estudar>. Acesso em: 29/11/2024

ROCHA, Carolina. *Racismo Religioso: novas lentes às violações relacionadas à crescente tensão entre liberdade religiosa e liberdade de expressão e crença*. [Ebook]. 1. ed. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/09/Ebook_Racismo-Religioso.pdf. Acesso em: 13/10/2024

ROHDE, Bruno. **A umbanda tem fundamento, e é preciso preparar: abertura e movimento no universo umbandista**. Salvador: 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8977/1/Bruno%20Faria%20Rohde.pdf>. Acesso em: 30/11/2024.

SANTOS, Carlos Alberto; DIAS, Bruno; COSTA, Luan. **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: CEAP, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384250>. Acesso em: 30/11/2024.

ROSSO, Kelem. **Trabalhando no Madero: estratégias de controle e a centralidade do trabalho juvenil no capitalismo dependente**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/80732?show=full>. Acesso em: 02/12/2024.

SIMAS, Luiz Antônio. A invenção do Ano Novo carioca. **Site O Dia**, 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/opiniao/2015-10-07/luiz-antonio-simas-a-invencao-do-ano-novo-carioca.html>. Acesso em: 01/11/2024.

SIMAS, Luiz Antônio. **Umbandas: uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

ANEXO

“ORUM-SE” – Glossário político-pedagógico sobre religiões de matriz afro-brasileira voltado para juventude

Dentro da mitologia Iorubá, o Orum simboliza o mundo espiritual. Mais do que um lugar, ele representa um estado de ser, onde a vida transcende os limites e campos materiais. O Orum representa a interligação entre o humano, o divino e o ancestral. Também traz consigo a dimensão de transitoriedade e fluidez, revelando-se como um espaço de regeneração e preparação. Este anexo nos convida a mergulhar neste universo, por meio da elucidação de algumas dúvidas expostas a mim, ao longo de minha trajetória pessoal e espiritual. Há 5 anos sou médium rodante da doutrina umbandista banthú-ameríndia (que corresponde à doutrina-base utilizada para a elaboração das respostas) e sempre busco por novos conhecimentos, tanto da minha doutrina, quanto das demais que constituem as religiões de matriz afro-brasileiras: por isso, algumas pessoas que não são praticantes dessas religiões se sentiram confortáveis para direcionarem essas questões a mim. Orum-se.

1 - O que é um Orixá?

Os Orixás são as divindades, ou forças espirituais da cosmologia Iorubá, que cultuadas na Umbanda e no Candomblé. Cada Orixá representa uma força da natureza e possui uma linha de trabalho predominante. São exemplos de Orixás: Iansã, Ogum, Oxóssi, Xangô, Iemanjá, dentre outros.

2 - O que é Chefe de Cabeça?

O Chefe de Cabeça é o Orixá que rege a vida de uma pessoa. Ele é como o "Orixá principal" de alguém e define a direção espiritual dessa pessoa, além de dar características e influências sobre a sua jornada. É o Orixá "de frente" da pessoa.

3 - A Umbanda e o Candomblé acreditam em “Deus”?

Sim. Em ambas as religiões, acredita-se na figura de um Deus supremo, que criou tudo e todos. Essa figura pode ser denominada de diferentes maneiras, como: Olorun, Olodumare e Zambi.

4 - Para que servem as guias?

As guias conectam a gente com o mundo espiritual e armazenam a energia dos Orixás e das entidades. Além disso, elas ajudam a proteger quem as usa e equilibram a energia da pessoa, fazendo com que ela esteja em maior sintonia com os espíritos.

5 - O que é a reencarnação?

A reencarnação é a filosofia de pós-morte que a Umbanda e o Candomblé acreditam. Acreditamos que depois de morrermos, a nossa alma não desaparece, mas volta em outro corpo: nós vivemos várias vidas, uma após a outra. E, em cada uma dessas vidas, podemos aprender coisas novas, corrigir erros ou melhorar como pessoa. Essa ideia também é presente em outras religiões e sugere que o nosso destino não está somente na vida atual, sendo um processo contínuo de crescimento e aprendizado.

6 - O que são oferendas? Para que servem?

As oferendas são como presentes que oferecemos para os Orixás e entidades. Elas podem ser comidas, flores, bebidas e/ou outros itens. A ideia é fazermos uma oferenda (que também pode receber a denominação de “obrigação”) quando queremos agradecer por algo, ou agradar determinado Orixá/entidade, ou pedir por algo (proteção, ajuda, orientação, etc). Cada Orixá tem as suas preferências e essas oferendas também servem para fortalecer a conexão espiritual com o divino.

7 - Exú é o diabo?

Não, Exú não é o diabo. Ele é uma entidade e um Orixá muito importante na Umbanda e no Candomblé, sendo responsável por abrir os caminhos e trazer proteção para a vida dos seus médiuns. Exú é um mensageiro e tem a missão de ajudar, cuidar, orientar, guiar e proteger. Ele não tem nada a ver com o diabo!

8 - O que é a feitura no candomblé

A feitura é um processo de iniciação no Candomblé, onde a pessoa passa por rituais e é "feita"/consagrada aos Orixás. A feitura no Candomblé se equivale a um renascimento da pessoa, marcando o começo da sua jornada espiritual dentro do terreiro. Esse ritual é um momento lindo, de transformação pessoal e de muita conexão com os Orixás.

9 - O que é preceito?

Para que um médium consiga trabalhar bem em uma gira, ele precisa seguir um preceito dado pelo seu pai/mãe de santo. Esses preceitos são como regras e/ou cuidados que podem variar de um terreiro para outro. O tempo que cada médium precisa seguir essas orientações também pode ser diferente, dependendo do que cada dirigente espiritual estipular. Os preceitos ajudam a manter o corpo energeticamente limpo, garantindo que ele esteja preparado para os trabalhos espirituais que serão feitos.

10 - É correto chamar o outro de macumbeiro?

Não é legal chamar alguém de "macumbeiro", pois esse termo carrega consigo um tom pejorativo. Em muitas vezes, ele é usado de forma ofensiva, podendo causar gatilhos em povos de terreiro.

11 - O que é "obrigação"?

Conforme dito anteriormente, a palavra obrigação pode corresponder a oferendas feitas para determinando Orixá, quando se intenciona algo. Mas, ela também possui outro significado. "Obrigação" também denomina um ritual de evolução dentro da Umbanda, que objetiva o fortalecimento da pessoa e do seu vínculo os Orixás.

12 - Como posso descobrir as entidades que carrego?

Você pode descobrir as entidades que carrega através do desenvolvimento mediúnico (com o ponto riscado) e/ou do jogo de búzios. Mas, descobrir as entidades que você carrega é um processo espiritual que deve ser feito com respeito. O objetivo não é se exibir com isso, ou exibir as suas entidades para terceiros como forma de reafirmação, mas entender quem são os guias que realmente trabalham com você. Essas entidades têm uma missão espiritual: ajudar na sua jornada de crescimento e aprendizado.

13 - O que é jogo de búzios?

O jogo de búzios é uma ferramenta usada para consultar os Orixás e os espíritos. Os Búzios (conchas) são jogados sob uma mesa e a maneira como caem indica mensagens e/ou orientações espirituais para a pessoa que está sendo atendida.

14 - O que é "ponto riscado"?

O ponto riscado corresponde à identidade de determina entidade. É como se fosse a assinatura de determinado falangeiro. Através dele, pode-se compreender quem é a entidade que está em terra, em qual linha ela trabalha, quais instrumentos utiliza, dentre outras coisas.

15 - Quanto tempo demora para uma pessoa se desenvolver na Umbanda?

O tempo de desenvolvimento na Umbanda varia de pessoa para pessoa. Algumas pessoas podem sentir o processo mais rápido, enquanto outras precisam de mais tempo para se conectar com as energias. O importante é respeitar o ritmo de cada um e aprender em cada etapa do caminho.

16 - Qual é o papel dos pontos cantados na Umbanda?

Os pontos cantados na Umbanda têm o papel de conectar as entidades ao plano físico. Eles ajudam na incorporação das entidades, criam a vibração necessária para o trabalho espiritual e também servem como forma de comunicação entre os médiuns e os espíritos.